



Campus São Mateus

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CENTRO UNIVERSITÁRIO NORTE DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
HABILITAÇÃO CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

VANESSA NUNES FERRARI

**A QUESTÃO AGRÁRIA NA REGIÃO
DE SANTA MARIA EM DIÁLOGO COM O MOVIMENTO DOS
PEQUENOS AGRICULTORES: ASPECTOS HISTÓRICOS E
ATUALIDADE**

São Mateus

2023

VANESSA NUNES FERRARI

**A QUESTÃO AGRÁRIA NA REGIÃO
DE SANTA MARIA EM DIÁLOGO COM O MOVIMENTO DOS
PEQUENOS AGRICULTORES: ASPECTOS HISTÓRICOS E
ATUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação e Ciências Humanas do Centro Universitário Norte do Espírito Santo, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Prof. Adelar João Pizetta.

São Mateus

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO UNIVERSITÁRIO NORTE DO ESPÍRITO SANTO
Departamento de Educação e Ciências Humanas

ANEXO III – FOLHA DE APROVAÇÃO

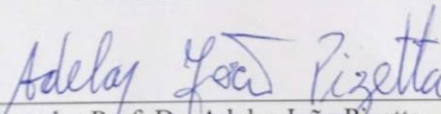
VANESSA NUNES FERRARI

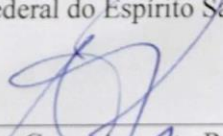
A QUESTÃO AGRÁRIA NA REGIÃO DE SANTA MARIA EM DIÁLOGO COM O
MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES: ASPECTOS HISTÓRICOS E
ATUALIDADE

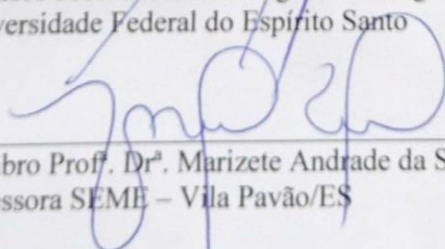
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação e Ciências Humanas do Centro Universitário Norte do Espírito Santo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

Aprovado em 06 de fevereiro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA


Orientador Prof. Dr. Adelar João Pizetta
Universidade Federal do Espírito Santo


Membro Prof. Dr. Cesar Augusto Rodrigues
Universidade Federal do Espírito Santo


Membro Prof. Dr. Marizete Andrade da Silva
Professora SEME – Vila Pavão/ES

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Amélia e José (in memoriam). Aos meus filhos João Victor e Matheus, meu esposo Jeibson Cremasco. Ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a todos os amigos e professores do curso que contribuíram para o meu crescimento e aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

Iniciar um curso superior após doze anos fora do ambiente escolar não foi um processo fácil, assim, para o desenvolvimento desse trabalho de conclusão de curso tive o apoio de diversas pessoas, dentre as quais agradeço:

Primeiramente a Deus pelo dom da vida e por me permitir chegar até aqui.

A minha família que me incentivaram e me apoiaram a cada momento e não permitiram que eu desistisse.

Ao meu esposo Jeibson Cremasco por acreditar nos meus sonhos e embarcar nas minhas aventuras, me acompanhando em todo o processo de trabalho de campo.

Aos meus filhos João Victor e Matheus que tão pequenos compreenderam a importância da minha ausência durante esse trabalho.

Aos meus amigos, em especial a Uilzinete pelos diálogos, companheirismo, sempre acreditou em minha pessoa e esteve disponível para compartilhar seus conhecimentos.

A todos os professores do Curso de Licenciatura em Educação do Campo que auxiliaram na minha formação acadêmica, compartilhando conhecimento e sempre incentivando-me a pesquisar.

Ao MPA que contribuiu para minha formação política, mostrando a importância da organização e da luta coletiva para mudarmos a realidade na qual estamos inseridos.

Ao meu orientador Adelar João Pizetta que acompanhou minha formação desde o início e em todos os períodos, com sua paciência e orientação neste trabalho contribuiu fundamentalmente em meu processo de formação acadêmica.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso com a temática: “A Questão Agrária na região de Santa Maria em diálogo com o movimento dos pequenos agricultores: Aspectos históricos e atualidade” evidencia que o modelo agrário brasileiro é resultado de um processo histórico que vem sendo modificado desde o período da colonização europeia. Estas transformações agrárias no Brasil sempre estiveram atreladas aos interesses do capital, resultando um campo totalmente complexo e desigual. Tem como objetivo principal compreender historicamente como a região de Santa Maria vem organizando o uso, a posse, a propriedade da terra e os bens da natureza frente à expansão histórica do capitalismo no campo. Trata-se de pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, uma vez que a coleta de dados se realizou mediante um estudo de campo, onde foram realizadas observações e entrevistas com camponeses e militantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Os dados vieram colocando em evidência as principais influências que a expansão do capitalismo veio trazendo em nível nacional e regional, mostrando as principais mudanças que ocorreram na questão agrária da região de Santa Maria, compreendendo através das memórias revividas dos camponeses a origem da região, o uso, a posse e a propriedade da terra. Evidencia também de que forma as estratégias que o movimento dos pequenos agricultores vem realizando se contrapõe o modelo do agronegócio dentro da agricultura camponesa para que elas continuem resistindo e existindo, produzindo alimentos saudáveis e diversos, contribuindo para a soberania alimentar da população. Constata-se que apesar das adversidades e das dificuldades, foi possível ter uma compreensão melhor da questão agrária, bem como da organização e proposições do MPA na luta contra a lógica capitalista de produção, fortalecendo as comunidades camponesas na defesa da cultura, dos territórios, da autonomia e da construção de uma nova sociedade

Palavra-Chave: Questão agrária; Movimento dos pequenos agricultores; agricultura camponesa; agricultura capitalista.

RESUMEN

Este trabajo de conclusión del curso con el tema: "La cuestión agraria en la región de Santa María en diálogo con el movimiento de pequeños agricultores: aspectos históricos y asuntos de actualidad" evidencia que el modelo agrario brasileño es el resultado de un proceso histórico que ha sido modificado desde el período de colonización europea. Estas transformaciones agrarias en Brasil siempre han estado vinculadas a los intereses del capital, resultando en un campo totalmente complejo y desigual. Su objetivo principal es comprender históricamente cómo la Región de Santa María ha venido organizando el uso, la propiedad, la propiedad de la tierra y los bienes de la naturaleza frente a la expansión histórica del capitalismo en el campo. Se trata de una investigación exploratoria con enfoque cualitativo, ya que la recolección de datos se realizó a través de un estudio de campo, donde se realizaron observaciones y entrevistas con campesinos y activistas del Movimiento de Pequeños Agricultores (AMP). Los datos vinieron a resaltar las principales influencias que la expansión del capitalismo ha traído a nivel nacional y regional, mostrando los principales cambios que ocurrieron en el tema agrario de la Región de Santa María, entendiendo a través de las memorias revividas de los campesinos el origen de la región, el uso, posesión y propiedad de la tierra. También muestra cómo las estrategias que viene realizando el movimiento de pequeños agricultores se oponen al modelo agroindustrial dentro de la agricultura campesina para que sigan resistiendo y existiendo, produciendo alimentos sanos y diversos, contribuyendo a la soberanía alimentaria de la población. Se observa que a pesar de las adversidades y dificultades, fue posible tener una mejor comprensión de la cuestión agraria, así como la organización y propuestas del AMP en la lucha contra la lógica capitalista de producción, fortaleciendo a las comunidades campesinas en la defensa de la cultura, los territorios, la autonomía y la construcción de una nueva sociedad.

Palabra clave: Cuestión agraria; Movimiento de pequeños agricultores; agricultura campesina; agricultura capitalista.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Imagem de satélite da região de Santa Maria	18
Figura 2 - Mapa das principais comunidade do município de São Mateus	19
Figura 3 - Fluxograma mostrando as etapas detalhadas do percurso metodológico que será realizado no decorrer dessa pesquisa	21
Figura 4 - Ornamentação do encontro regional das famílias camponesas do MPA, Santa Maria/São Mateus	51
Figura 5 - Propriedade camponesa rodeada pela monocultura de seringa dos latifundiários	62
Figura 6 - O uso da terra para pastagens	63
Figura 7- Monocultura de eucalipto	64
Figura 8 - Agricultura capitalista, a utilização da terra para o cultivo da monocultura de café	64
Figura 9 - Agricultura capitalista, a utilização da terra para o cultivo da monocultura de mamão	65
Figura 10 - Propriedade camponesa, reservatório de água com as margens preservadas	66
Figura 11 - Propriedade camponesa, área de reflorestamento	67
Figura 12 - Propriedade camponesa, área de nascente preservada.	67
Figura 13 - Agricultura camponesa, pomar no quintal	69
Figura 14 - Agricultura camponesa, sistema agroflorestal.	69
Figura 15- Agricultura camponesa, diversificação de culturas	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Condição do agricultor em relação a Terra no Espírito Santo- Censos Agropecuários 2006 e 2017	33
Tabela 2 - Utilização da Terra no Espírito Santo- Censos Agropecuários de 2006-2017	35
Tabela 3 - Condição do Agricultor em relação a Terra no município de São Mateus-ES- Censos Agropecuários 2006 e 2017	39
Tabela 4 - Relação entre percentuais estabelecimento por cor ou raça do produtor	40
Tabela 5 - Utilização da Terra no município de São Mateus-ES- Censos Agropecuários de 2006 e 2017	41
Tabela 6 - Relação entre percentuais estabelecimento e o uso de agrotóxicos.....	43

LISTA DE SIGLAS

APAGEES - Associação dos Pequenos Agricultores do Estado do Espírito Santo

CEUNES - Centro Universitário do Norte do Espírito Santo

COOPSATE - Cooperativa de Serviço e Assistência Técnica

CPC - Cooperativa Mista de Produção e Comercialização de Alimentos

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

PAA - Programa Aquisição de Alimentos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA	17
CAPÍTULO 2 - A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E OS IMPACTOS DA INSERÇÃO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA CAMPONESA	22
2.1 Aspectos da evolução da questão Agrária no Brasil e no Espírito Santo	22
2.2 Rupturas e continuidade: a industrialização dependente com a concentração da terra	27
2.3 Rupturas e continuidades: a hegemonia do capital financeiro e o agronegócio no Brasil	29
2.4 Alguns elementos da Questão Agrária no Espírito Santo	31
2.4.1 Condição do agricultor em relação à terra no Espírito Santo.	33
2.4.2 A utilização da terra no Espírito Santo.	35
2.5 Elementos da Questão Agrária no município de São Mateus.	37
2.5.1 Condição do Agricultor em relação a Terra no município de São Mateus. ...	39
2.5.2 A relação entre percentuais estabelecimentos por cor ou raça do produtor	40
2.5.3 A utilização da Terra no município de São Mateus	41
2.5.4 O uso de agrotóxicos nos estabelecimentos agropecuários do município de São Mateus	43
CAPÍTULO 3 - HISTÓRICO DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES NO BRASIL	45
3.1 História do movimento dos pequenos agricultores no Espírito Santo.....	47
3.2. O surgimento do movimento dos pequenos agricultores na região de Santa Maria	49
3.3 Propostas do Movimento dos Pequenos Agricultores para contrapor o modelo de produção capitalista no interior da produção camponesa	51

CAPÍTULO 4 - ASPECTOS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA DA REGIÃO DE SANTA MARIA ATRAVÉS DAS MEMÓRIAS RE-VIVIDAS	54
4.1 Como tudo começou, história do surgimento da região de Santa Maria	54
4.2 O uso, a posse e a propriedade da terra na região de Santa Maria do ano de 1950 a 1999	56
4.3 Aspectos da Questão Agrária na região de Santa Maria: dos anos 2000 a atualidade.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICES	76
APÊNDICE A – Roteiro para a Entrevista com Dirigente do MPA	77
APÊNDICE B – Roteiro para entrevista com camponeses mais antigos da região de Santa Maria	78

INTRODUÇÃO

Na medida que ocorre a mudança nos modos de produção em uma determinada sociedade, também muda a forma dos povos organizarem suas produções em seus diferentes territórios, modificando a forma de uso, a propriedade, a posse da terra e a forma de utilizar os recursos da natureza, assim, como sua cultura e o modo de produzir e reproduzir sua existência.

A transformação agrária no Brasil sempre esteve atrelada aos interesses do capital internacional. Primeiramente de 1500 a 1850, na fase do capitalismo mercantil na Europa, é implementado na agricultura brasileira o sistema da plantation, destruindo – nos territórios em que prosperou - as formas comunitárias e harmoniosas de relações entre o homem e a natureza. De 1850 a 1985, já na fase do capitalismo industrial, temos uma agricultura subordinada aos interesses do capital industrial e no final do século XX o Capitalismo monopolista, onde poucas empresas controlam a produção desde o plantio até a comercialização dos produtos em nível internacional.

No ano de 1850 surge a primeira lei de terras no Brasil, a partir desse momento a terra tornou-se como dizem os estudiosos marxistas “mercadorias especial”, assim sendo, qualquer pessoa poderia possuir um pedaço de terra, desde que, tivesse recursos para comprar, impedindo que ex-escravizados tivessem acesso a posse da terra, reproduzindo, assim, a histórica concentração da terra nas mãos dos latifundiários.

Contudo, essa lei contribuiu para que ocorresse uma concentração de terra, desigualdade social no campo e na sequência expulsão dos camponeses de seus territórios (êxodo rural), embora a concentração de terra ter iniciado desde o período colonial, onde a terra foi dividida por poucos com o projeto das sesmarias, ela ainda na atualidade continua agravando a situação dos camponeses, como conflitos e violência no campo.

Na década de 1950, após a segunda guerra mundial, como um dos mecanismos de expansão do capitalismo na agricultura, é introduzido no Brasil a “revolução verde” trazendo um pacote tecnológico, e como consequência a substituição das práticas e conhecimentos populares praticadas pelos povos do campo, pela agricultura

moderna, a elite utilizou do discurso que essa transformação seria necessária para aumentar a produção e acabar com a fome no mundo, um fator que contribuiu com significativas mudanças na forma de produzir e utilizar os recursos da natureza.

Posteriormente apropriados pelos pacotes tecnológicos, os latifundiários começaram a produzir monoculturas em larga escala para exportação, com objetivo da produção de *commodities* para gerar lucro sem se preocupar com a preservação dos recursos naturais e da saúde humana, tais como: usos excessivos de agrotóxicos, uso inconsciente dos recursos hídricos, desmatamentos, causando um enorme problema climático e ambiental, além da exploração da força de trabalho dos sujeitos que ali vivem.

As famílias camponesas ou familiar, muitas organizadas em movimentos sociais, começaram a pensar estratégias para resistir às transformações impostas pelo agronegócio, buscando contrapor a essa “modernização dolorosa”, objetivaram a produção de alimentos diversificados e saudáveis para garantir a soberania alimentar da população do campo e da cidade no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), esse projeto ficou conhecido como Plano Camponês.

Sendo assim, como camponesa, moro desde criança no Córrego do Perdido, região de Santa Maria, interior do município de São Mateus, território onde desde cedo comecei a trabalhar na terra. Filha de um pai camponês que não teve a oportunidade de estudar e uma mãe camponesa que começou seus estudos aos dez anos de idade e conseguiu permanecer até concluir o ensino fundamental I, ambos juntos trabalharam boa parte de sua vida no sistema de colonato (meeiro), até conseguir comprar uma pequena propriedade de terra.

O campo para nós se tornou um espaço de luta, resistência e vida. Minha família posteriormente ingressou no MPA, que contribuiu significativamente para nossa permanência no campo, mesmo diante de diversas dificuldades e transformações que foram surgindo. Hoje sou militante deste movimento, as vivências e experiências nos momentos formativos contribuíram muito para minha formação, onde de forma coletiva lutamos pela melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, corroborando a relevância da educação na sociedade e no processo de formação.

Iniciei os meus estudos da primeira a terceira série na Escola Córrego do Perdido, após o fechamento desta escola, continuei meus estudos da quarta série ao primeiro ano do ensino médio na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Córrego de Santa Maria, vindo a concluir o ensino médio no ano de 2006, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Antônio dos Santos Neves, uma escola de ensino tradicional que de certa forma era contrário dos meus ideários e minha vivência.

No ano de 2017, depois de dez anos que tinha concluído o ensino médio, já casada e com dois filhos pequenos, tomei conhecimento do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Por ser realizado no ensino de alternância, enxerguei a possibilidade de estar realizando um sonho, que era cursar uma graduação em licenciatura e ocupar o espaço em uma Universidade. Incentivada pelos familiares realizei o processo seletivo e fui aprovada, no primeiro semestre de 2018, me desafiei e iniciei os estudos no curso de Licenciatura em Educação do campo, habilitação em Ciências Humanas e sociais, no Centro Universitário do Norte do Espírito Santo - CEUNES/UFES.

Após alguns semestres, mediante aos diálogos, estudos e reflexões com professores e demais graduandos, me despertou o interesse em compreender um pouco mais sobre a história da questão agrária na região de Santa Maria, nossa realidade de camponeses e os principais mecanismos e influências que contribuíram para a modificação do uso, da posse, da propriedade da terra e dos bens da natureza, pois muitas vezes olhamos o presente e esquecemos que as mudanças ocorrem a partir de um processo histórico.

Esta pesquisa que traz a temática, *A Questão Agrária na região de Santa Maria em diálogo com o movimento dos pequenos agricultores: aspectos históricos e atualidade*, partiu do objetivo de compreender a maneira que vem sendo organizado o uso, a posse, a propriedade de terra e os bens da natureza frente a expansão do capitalismo na região de Santa Maria, município de São Mateus, na dialética entre as contradições da agricultura capitalista e a agricultura camponesa.

Buscamos através dessa pesquisa, compreender a seguinte problemática: De que maneira vem sendo organizado o uso, a posse, a propriedade de terra e os bens da natureza frente a expansão do capitalismo na região de Santa Maria, na contradição agricultura capitalista e agricultura camponesa?

A relevância dessa investigação está em possibilitar o resgate dos principais aspectos da questão agrária da região de Santa Maria, pelas memórias dos próprios camponeses em diferentes períodos da nossa história, em diálogo com os autores para que os camponeses que hoje cultivam a terra, possam compreender as diversas mudanças que ocorreram na região. Principalmente no que tange à inserção e desenvolvimento do capital na agricultura e a atualidade que estão vivendo na contradição agricultura capitalista e agricultura camponesa a partir do nosso próprio olhar. Sabemos que a história foi sempre contada a partir do olhar e dos interesses da classe dominante, da elite, e assim, temos dificuldades em conhecer a nossa verdadeira história, nossa cultura, quem somos, e por quais motivos foram surgindo essas transformações que hoje ameaçam a cultura camponesa.

Assim pretendemos alcançar os seguintes objetivos: a) identificar os aspectos históricos acerca da Questão Agrária brasileira, e os impactos da inserção do capitalismo na agricultura camponesa; b) verificar as estratégias que o movimento dos pequenos agricultores utiliza para contrapor o modelo de produção do agronegócio no interior das unidades camponesas; c) compreender através de relatos orais as principais mudanças que ocorreram na Questão Agrária da região de Santa Maria.

Para atingir os objetivos propostos organizamos este trabalho em quatro capítulos:

No **primeiro capítulo**, “percurso metodológico”, trazemos os caminhos metodológicos que foram traçados para desenvolver a pesquisa, um estudo exploratório, fundamentado numa metodologia de abordagem de caráter qualitativo, realizado através de pesquisa bibliográfica e de campo, onde recorreremos à observação e entrevista semiestruturada para coletar os dados.

O **capítulo dois** “A questão agrária brasileira e o impacto da inserção do capitalismo na agricultura” apresentamos os autores, fundamentação teórica e os conceitos que norteiam nossas pesquisas, trazendo os principais aspectos da questão agrária em nível nacional, estadual e municipal, enfatizando as modificações que foram ocorrendo na questão agrária a partir dos anos de 1500, e os impactos causados pela inserção do capitalismo na agricultura.

No **capítulo três** “Histórico do movimento dos pequenos agricultores no Brasil”, fizemos um resgate histórico sobre o movimento, as formas organizativas de lutas, conquistas e desafios do nível nacional ao regional, apresentamos o plano camponês que é uma importante ferramenta que o movimento utiliza para tentar contrapor o modelo de produção do agronegócio dentro das famílias camponesas.

O **capítulo quatro** “Aspectos da questão agrária da região de Santa Maria através das memórias revividas”, desenvolvemos reflexões sobre transformações que foram ocorrendo na questão agrária da região de Santa Maria, a partir das narrativas dos moradores mais antigos da região e a contribuição do movimento dos pequenos agricultores para que os camponeses continuem existindo e resistindo no campo.

Seguem as Considerações finais e as Referências bibliográficas.

CAPÍTULO 1 - PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

A pesquisa refere-se a um estudo exploratório, fundamentado numa metodologia de abordagem de caráter qualitativo, realizado através de pesquisa bibliográfica e de campo, onde foram utilizadas observação e entrevista semiestruturada para coletar os dados, pois, o nosso objetivo não era de quantificar, mas sim, de nos colocarmos em contato com a temática, ter mais interação e familiaridade com o assunto a ser investigado. De acordo com Gil, a pesquisa exploratória:

[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado[...] Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (GIL, 2002, p. 41).

Diante disso, iniciamos nosso estudo com uma pesquisa bibliográfica, com a finalidade de buscar autores que já tinham pesquisado sobre a Questão Agrária, onde através das leituras e reflexões podemos adquirir maior conhecimento sobre o assunto em questão, possibilitando a investigação e compreensão sobre os aspectos históricos da questão agrária, além de possibilitarmos definir os caminhos que teríamos que percorrer para conseguir alcançar os objetivos traçados. "A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (GIL, 2002, p. 44).

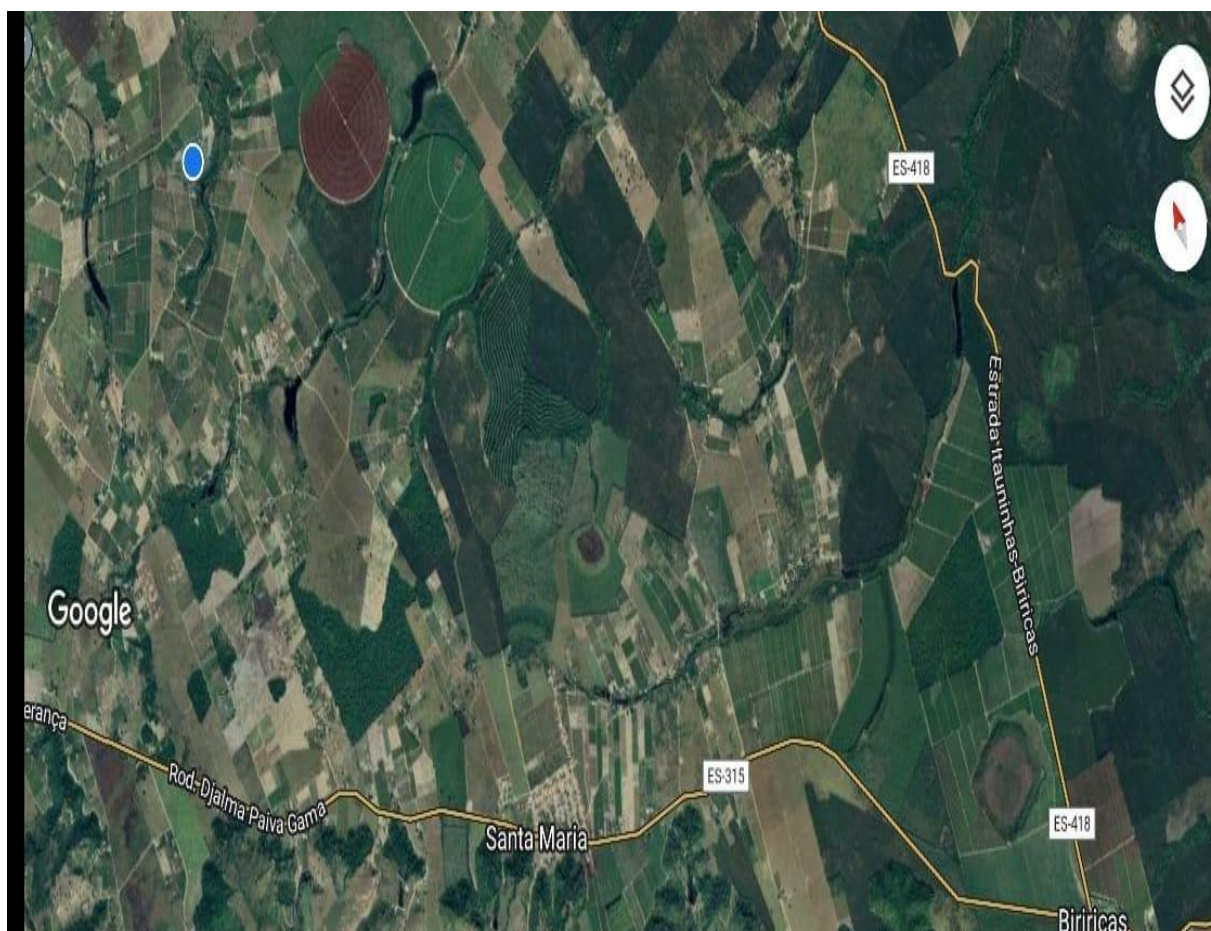
A pesquisa foi realizada tendo como suporte uma coleção de obras sobre Questão Agrária no Brasil organizada por João Pedro Stédile, no qual o seu enfoque está na economia política e histórica, com a participação de diversos autores que trazem análise sobre a questão agrária brasileira desde o ano de 1500 até a atualidade. O censo agropecuário de 2006 e 2017 do site do IBGE também foi utilizado como fonte de pesquisa para auxiliarmos na análise da questão agrária no estado do Espírito Santo e no município de São Mateus.

A pesquisa de campo desenvolveu-se na região de Santa Maria, localizada no interior do município de São Mateus, tendo acesso da estrada ES-315 que liga o município de São Mateus a Boa Esperança/ Rod. Djalma Paiva Gama.

De acordo com Gil:

O estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias (GIL, 2002, p. 53).

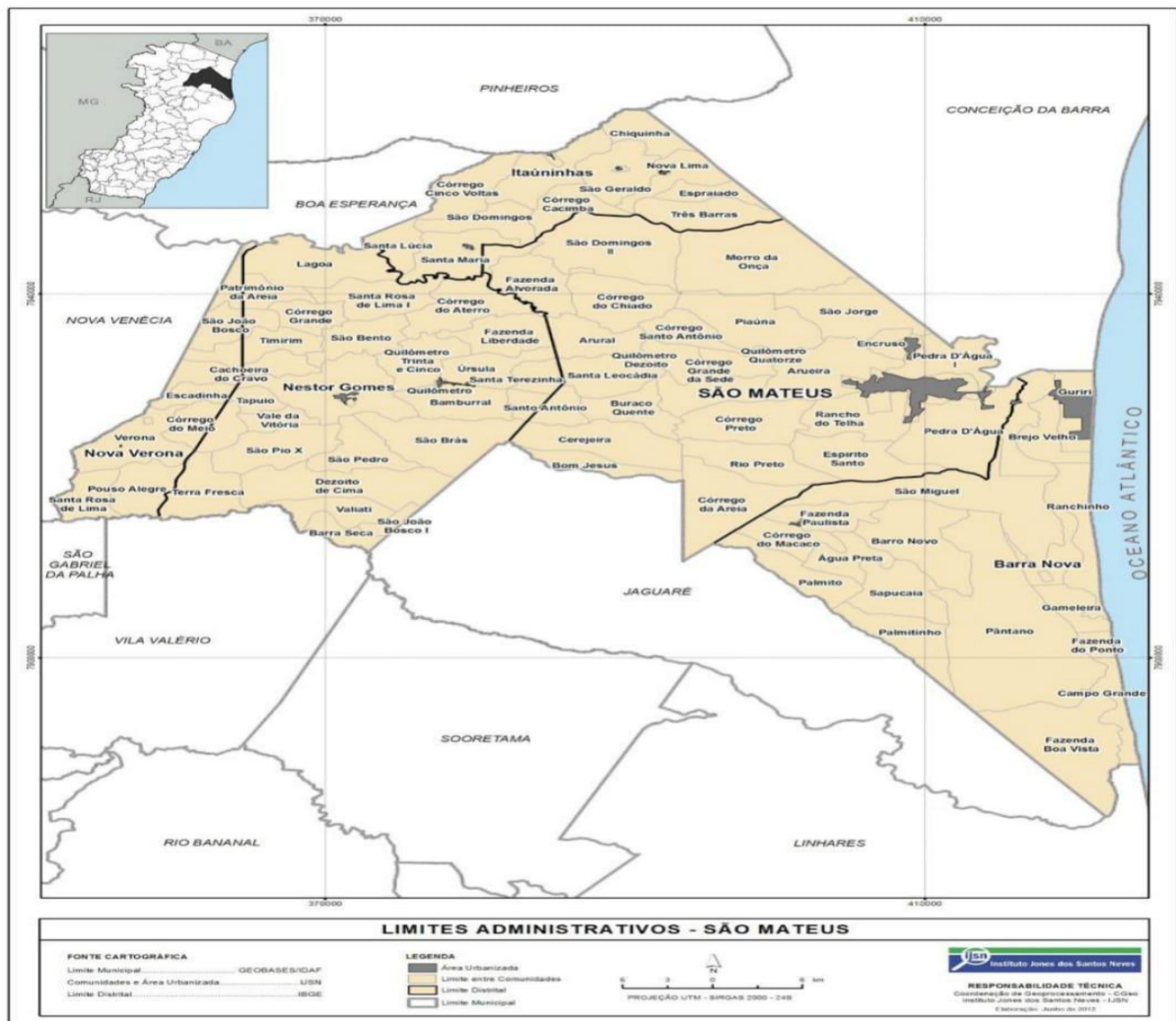
Figura 1- Imagem de satélite da região de Santa Maria



Fonte: Acervo da autora, fotografia tirada durante a pesquisa de campo (2022).

Como vimos na figura 1, denomina-se região de Santa Maria, um pequeno povoado urbano que aos seus arredores é composto por diversas comunidades camponesas, quilombolas e de grandes latifundiários. No entanto, apesar de ser um perímetro urbano a comunidade de Santa Maria tem como sua principal fonte de renda a agricultura.

Figura 2 - Mapa das principais comunidade do município de São Mateus



Fonte: Incaper (2020), p. 6

A figura 2 mostra o município de São Mateus e suas principais comunidades, embora não esteja especificado no mapa, o município de São Mateus tem uma diversidade riquíssima, dentre estas comunidades, temos as comunidades quilombolas, comunidades acampadas, comunidade de assentados, comunidade indígena, entre outras.

No entanto, o objeto de análise desta pesquisa foram os conjuntos de camponeses e integrantes do Movimento dos Pequenos Agricultores moradores das seguintes comunidades: Comunidade de Santa Maria; Comunidade de Cinco Voltas; Comunidade De Santa Lúcia e comunidade de São Domingos, na qual, denomino nesta pesquisa como região de Santa Maria, que é a realidade vivenciada, deixando as comunidades quilombolas e as demais comunidades existentes neste município para futuras pesquisas.

Neste estudo, além das entrevistas e observações, também foram utilizados outros instrumentos para coletar os dados como: gravações, fotografias e anotações.

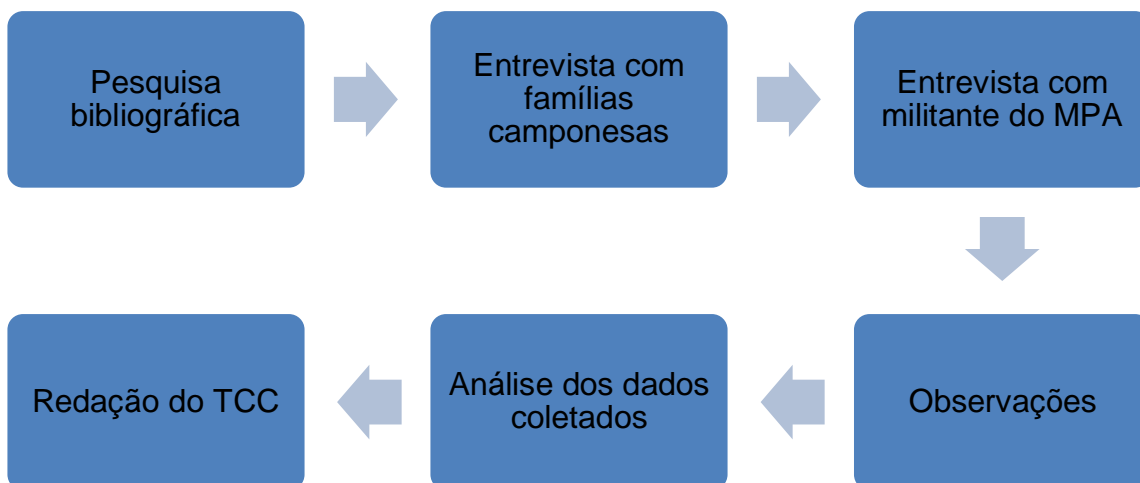
Primeiramente realizamos entrevistas semiestruturadas com cinco camponeses da região, sendo um de cada comunidade, marcadas antecipadamente de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. O critério de escolha dos camponeses para a entrevista foi o tempo que residem na comunidade, buscamos escolher camponeses mais antigos das diferentes comunidades da região. (Roteiro das entrevistas no Apêndice B).

As entrevistas foram realizadas, afim de compreender e identificar através dos relatos orais as principais mudanças que foram ocorrendo na posse, propriedade e no uso da terra no decorrer do tempo, visto que, não encontramos escritos sobre a questão agrária da região, e também devido a oportunidade de através da oralidade deixarem eles serem protagonistas de suas histórias, pois as mesmas, por muito tempo foram silenciadas e/ou contadas pela elite. Além disso, realizamos observações onde foram fotografadas as principais culturas produzidas na região, tanto dos camponeses quanto dos latifundiários.

Para compreendermos o histórico do movimento dos agricultores no estado do Espírito Santo e região de Santa Maria e verificar quais alternativas o movimento vêm pensando e realizando para contrapor o modelo de produção do agronegócio na contradição com as famílias camponesas, realizamos uma entrevista (Apêndice A) com o coordenador estadual do movimento dos pequenos agricultores, morador da região de Santa Maria desde a década de 90, que tem uma longa história de militância, sendo ele um dos fundadores do MPA no Espírito Santo e na região de Santa Maria.

Para realizar a análise dos dados, utilizamos as informações obtidas através da observação e das entrevistas, por meio das gravações e dos registros, reunindo-os e separando-os pelas diferentes temáticas (questão agrária e MPA), e posteriormente fizemos análise, reflexões, sistematização e o registro dos dados.

Figura 3 - Fluxograma mostrando as etapas detalhadas do percurso metodológico que será realizado no decorrer dessa pesquisa



Fonte: Produzida pela autora (2023).

Por fim, a análise dos dados coletados durante a pesquisa bibliográfica, e pesquisa de campo articulada com entrevistas, observações e fotografias, possibilitou realizamos análises e síntese sobre os principais aspectos históricos e atualidade da questão agrária na região de Santa Maria, dialogando com as estratégias que o MPA utiliza para contrapor o modelo da agricultura capitalista, atingindo os objetivos propostos neste trabalho.

CAPÍTULO 2 - A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E OS IMPACTOS DA INSERÇÃO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA CAMPONESA

Neste capítulo procuramos sistematizar os principais aspectos históricos da questão agrária brasileira, no estado do Espírito Santo e no município de São Mateus, buscando destacar os diferentes períodos: Fase do Capitalismo Mercantil na Europa (1500-1850) onde tínhamos uma agricultura organizada no sistema *plantation*; Fase do Capitalismo Industrial (1850-1950) em que a agricultura se mantinha subordinada aos interesses da indústria/capital através de diversos mecanismos; e o período do Capitalismo na fase Imperialista, no qual a partir dos anos 1990, surge no campo o agronegócio, destacando as modificações e impactos que foram ocorrendo no uso, posse e propriedade da terra, através da inserção do capitalismo na agricultura camponesa nestes diferentes períodos.

2.1 Aspectos da evolução da questão Agrária no Brasil e no Espírito Santo

Para compreendermos e estudarmos as diferentes formas que os povos organizam suas produções e utilizam os recursos naturais para cultivar a terra, precisamos estudar a questão agrária de cada território. É consenso que a Questão Agrária está relacionada a “uma área do conhecimento científico que procura estudar, de forma genérica ou em casos específicos, como cada sociedade organiza, ao longo de sua história, o uso, a posse e a propriedade da terra” (STEDILE, 2012, p. 640-641).

Antes da chegada dos portugueses no território brasileiro, embora digam que “as terras foram descobertas”, aqui já existiam várias tribos Indígenas que habitavam e utilizavam os recursos naturais, no entanto, a terra era um bem comum, e seus recursos eram utilizados apenas para subsistência dos povos que aqui habitavam. A questão agrária neste período histórico pode ser caracterizada como sendo um modo de produção primitivo no qual os povos se organizavam por grau de parentesco, em pequenos grupos. De acordo com Stedile (2012, p. 21),

Não havia entre eles qualquer sentido ou conceito de propriedade dos bens da natureza. Todos os bens da natureza existentes no território – terra, águas, rios, fauna, flora – eram, todos, de posse e de uso coletivo e eram utilizados com a única finalidade de atender às necessidades de sobrevivência social do grupo.

Sendo assim, neste período, o uso e a posse da terra eram coletivos entre tribos e famílias. Esses povos eram chamados de nômades, por não possuírem uma morada fixa, que, por sua vez, trabalhavam coletivamente através do extrativismo para garantir o seu sustento e tudo era dividido conforme a necessidade de cada família. Assim, estes povos também não tinham propriedade da terra, viviam livremente em todo o território que hoje chamamos de Brasil, extraindo os recursos que a natureza poderia oferecer e quando eles eram esgotados migravam para outro local.

Assim, os povos indígenas viviam com autonomia e livremente em todo território, até a invasão dos europeus que foram mudando drasticamente toda sua forma de existência e cultura. Além de milhares de indígenas mortos devida à contaminação pelas pestes trazidas pelos brancos, na luta pela posse do território e posteriormente pela tentativa da escravidão. Contudo, neste processo diversas foram as reações dos indígenas, muitos resistiram, lutaram e fugiram mata adentro, já outros se entregavam à sorte inconformados com as imposições que viriam. É forte a passagem que lemos a seguir:

Mais tarde, com a destruição das bases de vida social indígena, a negação de todos os seus valores, o despojo, o cativo, muitíssimos índios se deitavam em suas redes e se deixavam morrer, como só eles têm o poder de fazer. Morriam de tristeza, certos de que todo o futuro possível seria negação mais horrível do passado, uma vida indigna de ser vivida por gente verdadeira (RIBEIRO, 2015, p. 34).

No século XV enquanto no Brasil ainda se organizava de forma primitiva, nos países europeus o capitalismo já estava no período mercantil/comercial, no processo de expansão marítima para conquistar novos territórios. No Brasil a colonização europeia não se deu pelo interesse de povoamento, mas voltada para exploração, extrair as riquezas e exportar para Coroa Portuguesa, no entanto, devido a necessidade de proteger o território contra invasões eles começaram a política de povoamento tardiamente, mantendo a mesma lógica do modelo agroexportador. Assim, Caio Prado nos esclarece:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro **sentido** da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (JUNIOR, 2000, p. 19-20).

Sendo assim, partir de 1500, com a chegada (invasão) dos portugueses toda forma que estava sendo organizada a questão agrária pelos povos nativos aos poucos foi sendo modificado. Ao dominar o território brasileiro a terra e os bens da natureza foi tendo novo olhar pelos europeus, que começaram a impor Leis e costumes, como também o modo de produção mercantil que estava em gestação na Europa, nas terras brasileiras e nos povos que aqui habitavam.

De acordo com Stedile (2012), sobre a ótica do capitalismo mercantil, tudo era feito com objetivo de gerar lucro, todos os bens da natureza começaram a se transformar em mercadoria, pois estes, através do trabalho escravo, para atender o mercado europeu extraíam essas riquezas e mandavam para coroa portuguesa. Neste período a agricultura se organizava pelo modelo da *plantation* que permaneceu, hegemonicamente, até os anos de 1850.

Neste período o modelo de desenvolvimento da sociedade brasileira foi o modelo agroexportador, devido toda a produção ser destinada ao abastecimento do mercado europeu. Para conseguir atender esta demanda, a coroa portuguesa através do seu poder político mantinha a posse das terras brasileiras, posteriormente começou a dividir o território brasileiro em faixas de terra sobre a concessão de uso para os capitalistas europeus.

No entanto, devido a necessidade de ampliar a mão de obra na agricultura, os europeus começaram a importar milhares de negros da África para trabalharem como escravos nas lavouras. Suas primeiras tentativas foram com os nativos, no entanto, teve bastante resistência devido eles não estarem habituados com este tipo de trabalho forçado, pois, tinham uma cultura totalmente diferente dos europeus e sobreviviam do extrativismo.

De acordo com Junior (2000), devido o Brasil ter sido uma colônia de exploração, a essência da nossa constituição enquanto povo, se deu a partir da produção e extração de riquezas naturais que transformaram em mercadorias para o comércio europeu, ou seja, toda sociedade e economia brasileira era organizada para atender o mercado externo, com mão-de-obra escrava de povos indígenas e Negros importados.

Desse modo, foi caracterizando o modelo da *plantation* implantado na agricultura brasileira, o uso da terra estava destinado a grandes extensões de monocultura produzido em grande escala para atender o mercado externo, onde cada local se especializa em um cultivo como: de cana-de-açúcar, algodão, café, pimenta-do-reino e gado. A posse da terra ficava com os capitalistas-colonizadores para organizar a produção, enquanto a propriedade permanecia sobre o monopólio da coroa. Segundo o historiador Jacob Gorender,

A plantagem escravista colonial é uma organização econômica voltada para o mercado. Sua função primordial não consiste em prover o consumo imediato dos produtores, mas abastecer o mercado mundial. Este é que à traz a vida e lhe dá a razão da existência. Baseado no trabalho escravo, o modo de produção que com ela se organiza, não oferece à plantagem um mercado interno de dimensões compatíveis com sua produção especializada em grande escala (GORENDER, 2012, p. 149-150).

As classes que se configuraram na agricultura eram os senhores e os escravizados, ou seja, uma divisão entre casa grande e senzala. Sendo assim, tínhamos uma enorme quantidade de povos negros que trabalhavam forçadamente como escravos para garantir a produção que se dividia nas fazendas entre o trabalho da produção agrícola e do beneficiamento dos produtos sob o comando de um único senhor detentor dos meios de produção.

Segundo Gorender (2012), na plantagem escravista existia uma integração vertical, pois, além dos trabalhos agrícolas também era realizado o beneficiamento dos produtos para exportação, assim, os trabalhos eram divididos em quantitativo onde vários escravizados faziam as mesmas tarefas, simples e simultaneamente enquanto outro grupo realiza o trabalho qualitativo, mais complexo que exigia especialização individual para realizar o beneficiamento dos produtos.

Os trabalhadores escravizados não tinham nenhum tipo de autonomia, eles tinham que realizar os trabalhos determinados pelos seus senhores sem nenhum questionamento, não recebia nenhum tipo de pagamento pelo seu trabalho, trabalhavam em troca de comida que também era produzida por eles dentro das fazendas. Eram desprovidos dos meios de produção, viviam todo o seu tempo a serviço de seus senhores, e quando burlavam as regras estabelecidas recebiam castigos físicos e torturas.

De acordo com Gorender (2012), apesar de na plantagem escravista ter tido várias inovações nos engenhos para realizar o beneficiamento da cana-de-açúcar, elas não eram suficientes para atender as inovações que estavam surgindo na Europa e o trabalho escravo era um dos fatores que impedia o avanço tecnológico. Acreditavam que os povos escravizados não eram capazes de assimilar as inovações que estavam surgindo e conseqüentemente estavam perdendo espaço pelos concorrentes europeus que já estavam na fase do capitalismo industrial com a incorporação de trabalhadores assalariados, “livres”.

Por volta de 1850, o modelo da *plantation* já não mais atendia as necessidades, assim começou a surgir aspectos do capitalismo industrial e junto com ele muitas pressões da Inglaterra para que houvesse o fim da escravidão no Brasil. No entanto, o Brasil ainda resistiu o máximo que pode e não havendo mais alternativas, no ano de 1850, foi criada a primeira Lei de Terras no Brasil. De acordo com Alejandro (2012), a lei de terra institui que a partir daquele momento qualquer cidadão poderia ter a propriedade privada da terra, desde que tivesse recurso para comprar.

Sendo assim, a terra que antes da invasão dos portugueses era considerada um bem comum, tornou-se legalmente através de Lei de terra uma propriedade privada. “A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (STEDILE, 2012, p. 25).

Para Alejandro, a Lei de Terras serviu para reafirmar o latifúndio brasileiro, pois:

Se o mecanismo de acesso à terra fosse o da posse, escravos libertos e camponeses europeus e asiáticos que imigraram para o Brasil na

segunda metade do século XIX e início do século XX poderiam nela se estabelecer livremente, o que resultaria na democratização da estrutura fundiária brasileira; porém, sem recursos para comprá-las, eles tiveram de se submeter ao controle latifundiário sobre as terras, agora no regime da propriedade privada (ALEJANDRO, 2012, p. 741).

Posteriormente no ano de 1888, houve o fim da escravidão com a assinatura da Lei Áurea. Assim os escravizados libertos, sem nenhuma política de inserção na sociedade, impedidos de terem acesso à terra e se tornarem camponeses “saem das fazendas, das senzalas, abandonando o trabalho agrícola, e se dirigem para as cidades, em busca de alguma alternativa de sobrevivência, agora vendendo “livremente” sua força de trabalho” (STEDILE, 2012, p. 26).

Com o avanço do capitalismo Industrial, objetivando substituir o trabalho escravo no Brasil, começou então uma política de imigração de camponeses, em determinadas regiões trabalhavam no regime de “colonato”, e em outras recebiam pequenas propriedades de terra, que posteriormente tiveram que pagá-las, e para isso, precisaram se integrar na produção para o mercado.

Até os anos de 1930 tínhamos no Brasil uma oligarquia rural, grandes produtores rurais que tinham grandes influências no setor econômico e político, determinando e dominando a forma de organizar a sociedade e a agricultura que até este momento se configurava pelo modelo agroexportador. No entanto, neste período começou a surgir a classe da burguesia industrial que veio a assumir o poder e mudou a forma de organização do trabalho (STEDILE, 2011).

2.2 Rupturas e continuidade: a industrialização dependente com a concentração da terra

O Brasil no início de sua industrialização começou ter uma grande demanda de matérias primas e produtos agrícolas por parte dos primeiros países que iniciaram esse processo, visto que na Europa os países já estavam entrando na fase imperialista e começa uma política de expansão de suas economias industriais para os países subdesenvolvidos a fim de aprofundar a Industrialização e evitar novas crises.

De acordo com Romo (2013), para evitar a ocorrência de novas crises os países latino-americanos começaram a projetar a ideia de intensificar o processo de industrialização, no entanto, sem recursos financeiros suficientes para sustentar essas novas medidas econômicas, esses países recorreram a empréstimos e fomentos aos bancos internacionais, e posteriormente ocasionando uma enorme dívida externa devido à queda do valor dos produtos.

O Brasil sem recursos financeiros suficientes para conseguir sustentar essas medidas econômicas que vinham surgindo e produzir maior quantidade de matéria prima para os países desenvolvidos, começou um processo de *industrialização dependente* utilizando de “usufruto dos capitais nacionais, fomento do investimento estrangeiro, acesso a empréstimos oficiais no exterior, promoção da integração regional e empréstimos em bancos privados internacionais” (ROMO, 2013, p. 8). Nesta perspectiva o campesinato também aos poucos foi se reconfigurando e mudando a forma de existência de acordo com os mecanismos impostos pelo capital.

Segundo Fredericq e Coradini (2009), diante do capitalismo Industrial a agricultura se manteve subordinada aos interesses do Capital, em que as empresas comandam a compra das produções dos agricultores, mantendo o controle no comércio de insumos e equipamentos. Sendo assim, o setor agropecuário não desenvolve sua autonomia e fica subordinado aos interesses das agroindústrias.

No ano de 1950, após a Segunda Guerra Mundial, acontece uma ruptura com a forma de organizar a produção na agricultura, com o surgimento da Revolução Verde e seus pacotes tecnológicos, substituindo as práticas camponesas por insumos químicos, maquinários, sementes híbridas e com essas mudanças, vários impactos, tanto na vida humana, quanto na natureza. De acordo com Pereira,

Com base nessa lógica, a Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso. [...] A Revolução Verde foi veículo de desigualdade social, bem como obstáculo ao desenvolvimento dos camponeses, visto que eles se tornaram dependentes de empresas globais fabricantes dos pacotes tecnológicos (PEREIRA, 2012, p. 685).

Impulsionado pelo Golpe empresarial-militar de 1964, a “modernização” na agricultura ganha força, assim com toda a ideologia imposta pelos interesses do capital no final

do século XX, temos a fase do Capitalismo monopolista, onde poucas empresas passam a controlar a produção desde o plantio até a comercialização, e, na agricultura o modelo de organização da produção se dará em torno da aliança do agronegócio, que permanece até a atualidade.

O modelo de produção do agronegócio é o fruto de uma política neoliberal que começa a se estabelecer no Brasil na década de 1990 como estratégia de uma nova fase do capitalismo hegemônica pelo capital financeiro. Essas mudanças mais uma vez se deram devido a influências Internacionais, ou seja, depois da Segunda Guerra Mundial e ao final da Guerra Fria, quando os Estados Unidos se tornam uma grande potência mundial e começa a propor uma nova ordem mundial para organizar a economia dos países.

De acordo com Oliveira (2013), sem recursos para se inserir em uma economia internacionalizada os países subdesenvolvidos como o Brasil, começaram a adotar políticas neoliberais para receber empréstimos dos bancos mundiais e potencializar a produção para as exportações, as principais reformas econômicas realizadas foram: abertura econômica, privatizações de empresas estatais, estado mínimo e ajuste fiscal, determinada pelo Consenso de Washington ¹implementado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

2.3 Rupturas e continuidades: a hegemonia do capital financeiro e o agronegócio no Brasil

O neoliberalismo como política que contempla a hegemonia do capital financeiro, ao se concretizar começa a regular a lógica capitalista, expandindo diversas indústrias transnacionais através de filiais em outros países, atuando em diversos setores inclusive na agricultura, controlando os preços das produções e o mercado nacional e internacional. Dessa forma, a agricultura brasileira começou a se organizar para atender à necessidade mundial e não a local, de tal forma que: “O país produz e

¹ Consenso de Washington, conjunto de medidas e recomendações internacionais elaborada em 1989, cujo objetivo era impulsionar o processo de industrialização e evitar novas crises nos países subdesenvolvidos, especialmente os da América Latina.

exporta comida que falta no prato da maioria dos trabalhadores brasileiros” (OLIVEIRA, 2013, p.132).

O Brasil nesta lógica começou a se inserir no mercado internacional produzindo e exportando *commodities*, estabelecendo uma nova lógica de produção na agricultura chamado agronegócio. De acordo com Stédlie, o capital financeiro utilizou cinco principais mecanismos para conseguir penetrar e controlar a agricultura:

O primeiro deles é que, através do excedente de capital financeiro, os bancos passaram a comprar ações de centenas de médias e grandes empresas que atuavam em diferentes setores relacionado a agricultura[...]. O segundo mecanismo de controle foi através do processo de dolarização da economia mundial. [...] O terceiro mecanismo foi obtido por meio das regras do livre-comércio [...] O quarto mecanismo foi o crédito bancário. Por último, na maioria dos países, os governantes abandonaram as políticas públicas de proteção do mercado nacional e da economia camponesa. Liberalizaram os mercados e ampliaram as políticas neoliberais de subsídios justamente para a grande produção agrícola capitalista (STEDILE, 2013, p. 21-22).

Segundo Stedile (2013), O agronegócio é um modelo de produção, aplicado pelo capital e seus proprietários capitalistas, que traz como principais características: monocultura, uso intensivo de máquinas agrícolas, prática de agricultura sem agricultores, uso intensivo de agrotóxicos, uso de sementes transgênicas e produção de commodities e não a de alimentos.

Dessa forma, temos na agricultura dois modos distintos de organizar a produção: de um lado temos a agricultura camponesa tentando resistir às pressões impostas pela expansão dos grandes latifundiários, produzindo alimentos diversificados através da mão de obra familiar preservando os saberes tradicionais e produzindo alimentos saudáveis para os povos, e do outro o agronegócio produzindo *commodities* em larga escala para exportação, provocando muitos danos, na saúde humana e na natureza.

Sendo assim, o capital e seus proprietários capitalista para conseguir sustentar o modelo do agronegócio, mesmo diante das diversas contradições que vem gerando na agricultura, como impactos no meio ambiente e na vida humana devido a forma de organizar suas produções, eles utilizam da propaganda e das mídias sociais para

influenciar ideologicamente a população apresentando uma falsa superioridade de suas formas modernas de produção. E, nessa dinâmica complexa e contraditória é que refletiremos mais adiante as proposições e estratégias da agricultura camponesa.

2.4 Alguns elementos da Questão Agrária no Espírito Santo

A partir dos anos de 1500, os europeus, para facilitar a administração e conseguir explorar todo território brasileiro e extrair riqueza para Coroa Portuguesa, dividiram o território em 14 capitanias, que ficaram sob responsabilidade administrativa dos donatários. Uma destas faixas de terras recebeu o nome de capitania do Espírito Santo, que posteriormente foi dividida em sesmarias com objetivo de cultivar as terras, vindo a ter como consequência a concentração de terra.

Assim como todo território Nacional, o Espírito Santo, antes da chegada dos colonizadores, era uma terra coberta por matas, povoada por diversas tribos indígenas, chamados de Botocudos, que viviam livremente extraindo os recursos da natureza para atender suas necessidades, porém, com a chegada dos europeus houve uma mudança radical com os seus modos de vida, sem contar com extermínios de vários indígenas na luta pelo território.

De acordo com Casali e Pizetta (2005), o donatário Vasco Fernandes Coutinho, encontrou muitas dificuldades em administrar a capitania do Espírito Santo. Houve muita resistência dos indígenas em relação ao trabalho escravo ao serem submetidos ao trabalho forçado. Resistiram com violência até mesmo à destruição das plantações, assim, Vasco Fernandes Coutinho tendo sua missão em relação ao processo de desenvolvimento e ocupação do Espírito Santo, não ocorreu da mesma forma as demais capitanias. Segundo os autores acima mencionados,

Somente após a grande corrida aos metais preciosos, quando a cana-de-açúcar voltou a ganhar força e, logo depois, o café passou a se constituir como um novo eldorado, exigindo a expansão da fronteira agrícola, o que hoje se conhece como Estado do Espírito Santo passa a ter seu interior gradativamente ocupado. Num primeiro momento, essa ocupação interiorana ocorreu com a migração de membros de algumas famílias residentes nas regiões vizinhas ao Espírito Santo e, só na segunda metade do séc. XIX, houve a promoção da grande imigração europeia para esta região (CASALI e PIZETTA, 2005, p.15).

Sendo assim, com muitas dificuldades a Capitania do Espírito Santo foi evoluindo, tanto na ocupação territorial, quanto no processo produtivo e, no final do século XIX, a imigração europeia começou ocupar as terras capixabas. Casali e Pizetta (2005), também esclarecem que, primeiramente as grandes extensões de terras ocupadas pelos imigrantes na região Sul, que desenvolveram suas atividades agrícolas com base no trabalho escravo, posteriormente já no final do século XIX, foram ocupando pequenas glebas no centro da região e no Norte, tendo como base o trabalho familiar.

Neste sentido, podemos observar que o trabalho escravo foi sendo substituído, no Espírito Santo, pelo trabalho familiar dos camponeses, que tinham quase nenhuma dependência do mercado, pois ao mesmo tempo que cultivavam monocultura de café eles cultivavam “cultura de subsistência”. No entanto, conforme Casali e Pizetta (2005), aos poucos as famílias produtoras de café começaram a ficar subordinadas ao capital desde a plantação até a comercialização, por via de contratos e financiamentos das produções, aquisição de terras, de tal forma que no final da colheita a sobra era pouca.

No início do século XX, começaram a surgir pressões para erradicação dos cafezais e investimentos industriais nas cidades. Assim, com a destruição dos cafezais, muitos camponeses ficaram endividados, outros migraram para as cidades e com os camponeses expulsos do campo, começam a surgir as “pré-condições para a produção industrial em larga escala” (CASALI e PIZETTA, 2005, p. 21).

De acordo com Casali e Pizetta (2005), o Espírito Santo sempre teve suas atividades econômicas tendo como base a monocultura para exportação, permanecendo refém dos preços estabelecidos pelo mercado internacional, sendo suscetíveis a crises constantes. Diante disso, o Estado começou a política de financiamento e incentivos fiscais e programas para incentivar a diversificação, pois via a industrialização como solução dos problemas.

A partir de 1970, devido aos investimentos do Estado, do governo federal e de grandes empresas também estrangeiras, houve o surgimento de grandes indústrias e com ela diversas consequências. Temos no Norte do estado a constituição da Aracruz Celulose, que mudou completamente a questão agrária da região. No município de

São Mateus as terras que estavam na posse e no uso das comunidades, quilombolas e camponesas para produção diversificada de alimentos, foi cedendo o lugar de forma brutal para plantio da monocultura de eucalipto. Segundo os autores,

A principal contribuição do governo estadual ao Grupo Aracruz foi o reconhecimento da posse das terras, antes ocupadas pela agricultura familiar e pelas culturas indígenas e de remanescentes quilombolas. Assim, as terras foram legitimadas graciosamente a quem de direito não as ocupava. Terras que poderiam ter sido destinadas à reforma agrária e a uma política de segurança alimentar diversificada, mas, que se transformaram em território de culturas homogêneas, voltados para a monocultura de eucalipto, cuja essência é a concentração fundiária (CASALI e PIZETTA, 2005, p. 24).

Na atualidade, ao observarmos a paisagem na região norte do Espírito Santo, podemos perceber o avanço do agronegócio no campo, principalmente pela grande extensão territorial da monocultura de eucalipto, de cana de açúcar, café, pimenta do reino, dentre outras culturas. No entanto, também é perceptível a presença de famílias camponesas que mesmo diante de tanta política excludente contribuindo para expulsão dos povos tradicionais, eles ainda resistem no campo trazendo consigo diversas características, cultura e saberes que o diferencia do agronegócio.

Na sequência veremos um conjunto de dados que nos auxiliam na compreensão da questão agrária, principalmente observando a evolução comparativa entre os indicadores de 2006 e de 2017 levantados pelo IBGE.

2.4.1 Condição do agricultor em relação à terra no Espírito Santo.

Tabela 1 - Condição do agricultor em relação a Terra no Espírito Santo- Censos Agropecuários 2006 e 2017

Condição do agricultor em relação às terras	2006				2017			
	Estabelecimento		Área (ha)		Estabelecimento		Área (ha)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Proprietário (a) inclusive os (as) coproprietários (as) de terras	76.084	90,18	2.764.235	93,33	85.286	78,95	2.995.492	92,26

tituladas coletivamente									
Concessionário (a) ou assentado (a) aguardando Titulação definitiva	1.952	2,31	14.490	0,50	3.721	3,44	30.363	0,93	
Arrendatário (a)	910	1,18	14.421	0,50	1.979	1,83	69.923	2,15	
Parceiro (a)	2.872	3,40	26.163	0,92	7.543	6,98	64.327	1,98	
Comodatário (a) (inclusive com autorização de uso sustentável- (TAUS)	-	-	-	-	8.300	7,68	76.615	2,35	
Ocupante (a justo título ou por simples ocupação)	1.945	2,30	20.545	0,72	557	0,51	10.043	0,30	
Produtor sem área	598	0,70	-	-	628	0,58	-	-	
Total	84.361	100,00	2.839.854	100,00	108.014	100,00	3.246.763	100,00	

Fonte: IBGE (2006 e 2017).

A tabela 1 vem colocando em evidência a condição do agricultor em relação a terra no Espírito Santo, através dos Censos Agropecuários 2006 e 2017. Nela podemos observar através dos dados como está a distribuição da terra, ou seja, o percentual de estabelecimentos e áreas que está sob posse e propriedade, sabendo que neste período já se tem o predomínio do modelo do agronegócio na agricultura.

Diante dos dados apresentados pelos censos do IBGE de 2006 e 2017, podemos observar que apesar de ter um aumento significativo no total dos números de estabelecimentos agropecuários, passando de 84.361 ha para 108.01 ha e a área de 2.839.854 ha para 3.246.763 há, poucas mudanças ocorreram na estrutura fundiária, em relação a distribuição da terra no estado do Espírito Santo.

No ano de 2006 tínhamos 76.084 estabelecimentos de proprietários, totalizando 90,18 por cento, já em 2017 esse número aumentou para 85.286, portanto, se somava apenas 78,95 por cento em relação ao total, tendo uma queda de 11,23 por cento. Percebe-se, portanto, que houve durante esse período um aumento de 11,23 por cento de agricultores que tinham apenas a posse relativa da terra.

Por fim, é relevante observarmos o aumento do número de pessoas sem terra no Espírito Santo, fazendo parte desta categoria de agricultores: os assentados, arrendatários, parceiros, comodatários e os ocupantes. De acordo com o censo agropecuário, no ano de 2006 se totalizavam 8.277 estabelecimentos, equivalente a 9,81 por cento dos estabelecimentos agropecuários que ocupavam 75.610 ha. No ano de 2017 o número de estabelecimentos ampliou para 22.728, correspondendo a 21,04 por cento, vindo a ocupar 251.271 ha.

Diante dos dados podemos verificar a necessidade de haver uma reforma agrária no Espírito Santo, visto que, existe um número significativo de agricultores sem-terra, isto até o ano de 2017, porém, eles podem ter sofrido modificações, ampliando ainda mais até a atualidade, pois 2017 é o último ano com dados disponíveis pelos censos do IBGE.

2.4.2 A utilização da terra no Espírito Santo.

Tabela 2 - Utilização da Terra no Espírito Santo- Censos Agropecuários de 2006-2017

Atividade econômica	2006				2017			
	Estabelecimento		Área (ha)		Estabelecimento		Área (ha)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Lavouras:	96.921	49,92	751.834	27,90	115.619	48,21	714.800	23,80
Permanentes	66.407	34,02	565.760	20,99	84.600	35,27	563.052	18,75
Temporárias	26.166	13,40	160.804	5,96	30.387	12,67	150.538	5,01
Área para cultivo de	240	0,12	1.445	0,05	632	0,26	1.210	0,004

Flores								
Área plantada com forrageiras para corte	4.108	2,10	23.825	0,88	-	-	-	-
Pastagens:	50.548	25,90	1.341.785	49,80	51.684	21,55	1.473.072	49,06
Naturais	3.187	1,63	120.354	4,46	108	0,04	5.504	0,18
Plantadas em boas condições	42.961	22,01	1.146.826	42,56	41.784	17,42	1.310.487	43,64
Plantadas em más condições	4.400	2,25	74.605	2,76	9.792	4,08	157.081	5,23
Matas ou florestas:	46.418	23,78	586.040	21,75	70.941	29,58	801.754	26,70
Naturais	14.685	7,52	133.597	4,95	3.104	1,29	27.837	0,92
Naturais reservada a preservação permanente ou reserva legal	24.624	12,61	266.089	9,87	55.178	23,00	521.729	17,37
Florestas plantadas	7.109	3,64	186.354	6,91	12.659	5,27	252.188	8,39
Sistemas agroflorestais	1.261	0,64	14.595	0,54	1.562	0,65	12.818	0,42
Total	195.148	100,00	2.694.254	100,00	239.806	100,00	3.002.444	100,00

Fonte: IBGE (2006 e 2017).

A tabela 2 traz a relação de como estava sendo utilizada a terra no Espírito Santo através dos censos agropecuários dos anos de 2006 e 2017. Ressaltamos que os dados destes anos foram analisados devido não ter pesquisas do IBGE recentes, portanto, estes dados podem ter modificado no decorrer destes últimos cinco anos durante o atual governo.

É interessante observarmos o declínio na área utilizada para plantações de lavouras, que ocupava 751.834 ha (27,90%) em 2006, caindo para 714.800 ha (23,80%) em 2017, totalizando neste período uma redução de 4,1%, sabendo que a queda das

plantações e lavouras, principalmente as temporárias (milho, feijão, mandioca, hortaliças etc.) impacta diretamente na soberania alimentar da população.

Outra atividade agrícola que também teve uma queda considerável foi de pastagens naturais de 120.354 ha (4,46%) para 5.504 ha (0,18%), em contrapartida as pastagens plantadas em boas e más condições juntas teve um aumento de 246.137 ha no ano de 2017, isso nos mostra o aumento significativo da expansão da pecuária no Espírito Santo, as pastagens chegam a ocupar aproximadamente 49,06 % de toda área utilizada.

Por fim, outro fator relevante que não podemos deixar de analisar é a questão da destruição das matas naturais, que em 2016 atingia 133.597 ha, já em 2017 reduziu para 27.837 ha, portanto tivemos uma perda de 105.760 ha de nossas matas naturais. Em compensação, é notório o salto que teve as matas naturais reservada à preservação permanente ou reserva legal, tendo um acréscimo de 255.640 ha neste período. Destaca-se também o aumento de 65.834 ha de área utilizada para as florestas plantadas, sabendo-se que a sua maioria é o cultivo de eucalipto, que vem formando um “deserto verde” no norte do Espírito Santo.

2.5 Elementos da Questão Agrária no município de São Mateus.

No ano de 1544 o município de São Mateus começou a ser colonizado pelos europeus, no entanto, o local era povoado por várias tribos indígenas que resistiram à invasão e lutaram com bravura até onde puderam. Milhares de indígenas foram mortos em um ataque dos portugueses que ficou conhecido como Batalha do Cricaré².

Posteriormente começou a ser povoado por europeus, imigrantes e milhares de negros africanos que foram escravizados. Este município também ficou conhecido por localizar um dos mais importantes portos da capitania do Espírito Santo.

Por muitos anos, foi palco de comércio de negros escravizados. Ali, desembarcou grande parte dos negros que vieram para o Brasil, e que foram para todo o norte do Espírito Santo, sul da Bahia e outras

² Batalha do Cricaré, conflito sangrento travado no ano de 1557, entre os portugueses e os povos indígenas que habitavam o território, ocorrido na confluências dos rios Cricaré e Mariricú, resultando morte de milhares de indígenas.

regiões. A produção de farinha de mandioca, café e madeira de toda a região era escoada através desse porto, que se tornou um dos mais importantes da costa brasileira. O grande número de africanos que chegaram a São Mateus muito contribuiu para a construção da cultura, da culinária e da religiosidade do município (INCAPER, 2020, p. 8).

A mão-de-obra escrava no município de São Mateus, era utilizada nas fazendas principalmente na produção de farinha de mandioca, que permaneceu até o fim da escravidão no Brasil. De acordo com o Incaper (2020) após este período, os negros ex-escravos impedidos de ter a posse da terra, foram ocupar lugar hoje conhecido como Sapê do Norte³, de difícil acesso, devido ser coberto por matas densas, capoeira e sapê.

Assim, na medida em que a questão agrária foi se modificando em todo território brasileiro, também o município de São Mateus se modificava. No período industrial devido a subordinação da agricultura aos interesses do capital, tivemos na região Norte do Espírito Santo e no município de São Mateus, principalmente durante o período militar um grande incentivo do estado para o desenvolvimento Industrial, com objetivo de alavancar a economia. Isso contribuiu para que diversas empresas inclusive a Aracruz celulose, através de incentivos fiscais, implementasse na região a monocultura de eucalipto.

Diante disso, as matas que durante o período colonial, serviu de refúgio para os negros escravizados resistirem e formarem seus quilombos, e para os Índios viverem coletivamente retirando da natureza apenas o necessário para sua subsistência, território onde cultivavam variedades de alimentos, construíram suas histórias, suas culturas e aos poucos foram sendo retirados, perdendo brutalmente seus territórios e dando origem ao grande latifúndio com uma enorme monocultura de plantações de eucaliptos.

³ Sapê do Norte, grande extensão territorial onde viviam e ainda vivem diversas comunidades quilombolas com seus saberes, cultura e tradições. Essa denominação se deu devido a abundância de sapê (gramínea) existentes nas terras cultivadas por esses povos.

2.5.1 Condição do Agricultor em relação a Terra no município de São Mateus.

Tabela 3 - Condição do Agricultor em relação a Terra no município de São Mateus-ES- Censos Agropecuários 2006 e 2017

Condição do agricultor em relação às terras	2006				2017			
	Estabelecimento		Área (há)		Estabelecimento		Área (há)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Proprietário (a) inclusive os (as) coproprietários (as) de terras tituladas coletivamente	1.877	92,96	148.772	99,10	3.198	74,73	167.915	96,13
Concessionário (a) ou assentado (a) aguardando titulação definitiva	29	1,43	138	0,09	549	12,83	3.023	1,73
Arrendatário (a)	23	1,13	125	0,08	12	0,28	-	-
Parceiro (a)	65	3,21	988	0,65	247	5,77	1.569	0,89
Comodatário (a) (inclusive com autorização de uso sustentável- (TAUS)	-	-	-	-	270	6,30	1.481	0,84
Ocupante (a) justo título ou por simples ocupação)	15	0,74	85	0,05	3	0,07	-	-
Produtor sem área	10	0,49	-	-	-	-	-	-
Total	2.019	100,00	150.109	100,00	4.279	100,00	174.663	100,00

Fonte: IBGE (2006 e 2017).

Os dados coletados (tabela 3) demonstram a estrutura fundiária no município de São Mateus. Nela observa-se, por meio dos censos agropecuários de 2006/2017, que o

número total dos estabelecimentos passou de 2.019 do ano de 2006, para 4.279 no ano de 2017. O tamanho da área utilizada pela agropecuária também teve um aumento de 24.554 ha no ano de 2017 em relação ao ano de 2006.

Percebe-se que na maior parte dos estabelecimentos agropecuários no ano de 2006, os agricultores já eram proprietários das terras, sejam de forma individual ou tituladas coletivamente, chegando a atingir 99,10 por cento da área (ha) e 92,96 por cento dos estabelecimentos, em 2017 este total de estabelecimento teve um declínio de 18,23 por cento no total de estabelecimento e apenas 2,97 por cento em área (ha).

Contudo, é importante observarmos o expressivo acréscimo em relação a agricultores sem a propriedade da terra, diante dos censos agropecuários de 2006/2017, classificados nesta categoria como: concessionários/assentados sem titulação, arrendatários, parceiros, comodatários e ocupantes que chegam juntos a somar um aumento de 18,25 por cento nos números de estabelecimentos e na área 4.737 ha.

Estes dados nos mostram que muitos dos agricultores (28,25%) possuem somente a posse da terra, lutam e aguardam por uma reforma agrária, para terem seus títulos definitivos e poderem trabalhar e cultivar essas terras que aos poucos foram sendo apropriadas pelos grandes latifundiários.

2.5.2 A relação entre percentuais estabelecimentos por cor ou raça do produtor

Tabela 4 - Relação entre percentuais estabelecimento por cor ou raça do produtor

Cor ou raça do agricultor	N° estabelecimento	%
Branca	1.945	46,51
Preta	669	16,00
Amarela	17	0,40
Parda	1.541	36,85

Indígena	9	0,21
Total	4.181	100,00

Fonte: IBGE (2017).

Na tabela 4, através do censo agropecuário do ano de 2017, podemos observar outra classificação que não existia nos censos anteriores, ela nos mostra a relação entre percentuais de estabelecimento por cor ou raça do produtor. Observa-se que a população Indígena, que de acordo com relatos históricos, foi a primeira população a habitar o município de São Mateus, no ano de 2017 tinha apenas 9 (0,21%) dos estabelecimentos.

A população de agricultores brancos, encontra-se com o maior número de estabelecimentos 1.945 (46,51%), seguida pela população parda com 1.541(36,85%). A população Negra, que no período colonial era maioria, em 2017 tinha somente 669 estabelecimentos (16%). Enquanto que os agricultores que se denominam amarelos tinham apenas 17 estabelecimentos (0,40%).

2.5.3 A utilização da Terra no município de São Mateus

Tabela 5 - Utilização da Terra no município de São Mateus-ES- Censos Agropecuários de 2006 e 2017

Atividade econômica	2006				2017			
	Estabelecimento		Área (há)		Estabelecimento		Área (há)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Lavouras:	2.198	50,36	32.848	22,64	4.251	62,57	37.685	23,92
Permanentes	1.733	39,71	20.325	14,01	3.800	55,93	32.507	20,63
Temporárias	413	9,46	11.816	8,14	440	6,47	5.178	3,28
Área para cultivo de flores	4	0,09	9	0,006	11	0,16	-	-
Área plantada com forrageiras para corte	48	1,09	698	0,48	-	-	-	-

Pastagens:	1.127	25,82	45.494	31,36	1.268	18,66	52.822	33,53
Naturais	109	2,49	8.484	5,84	1	0,01	-	-
Plantadas em boas condições	945	21,65	35.581	24,52	1.082	15,92	51.258	32,54
Plantadas em más condições	73	1,67	1.429	0,98	185	2,72	1.564	0,99
Matas ou florestas:	1.039	23,80	63.782	43,96	1.274	18,75	66.669	42,32
Naturais	158	3,62	6.714	4,62	60	0,88	374	0,23
Naturais reservada a preservação permanente ou reserva legal	493	11,29	20.325	14,01	1.082	15,92	25.852	16,41
Florestas plantadas	59	1,35	36.743	25,32	111	1,63	40.443	25,67
Sistemas agroflorestais	329	7,53	2.935	2,02	21	0,30	334	0,21
Total	4.364	100,00	145.059	100,00	6.793	100,00	157.510	100,00

Fonte: IBGE (2006 e 2017).

Os dados da tabela 5 evidenciam a utilização das terras no município de São Mateus, pelos censos agropecuários de 2006 e 2017. Destaca-se o acréscimo de 12.182 ha (6,62%) de lavouras permanentes nos períodos (2006-2017), enquanto as lavouras temporárias sofreram uma redução de 6.638 ha (4,96%) neste mesmo período, apontando, portanto, que muitos estabelecimentos trocaram as diversidades de culturas (milho, mandioca, feijão, amendoim...) pelo cultivo de lavouras permanentes.

Verifica-se que as áreas destinadas às pastagens também tiveram um pequeno aumento 7.328 há (2,17%) nos anos (2006-2017), havendo uma ampliação das pastagens plantadas em boas condições e as de más condições, que juntas tiveram um acréscimo da área de 8,03 %, sendo que em 2006 utilizavam 37.010 ha, em 2017 passou a utilizar 52.822 ha, já as pastagens naturais foram praticamente extintas.

A atividade econômica que ocupa a maior área é a de matas e florestas, totalizando no ano de 2017, uma área equivalente a 66.669 hectares (42,32%). No entanto, é

notório a devastação das matas naturais que em 2006, ocupava 6.714 hectare (4,62%) em 2017 teve um declínio de 6.340 ha (4,39%), chegando a ocupar apenas 374 ha (0,23%). Em seguida há um acréscimo de 5.527 ha (2,4%) nas matas naturais de preservação permanente ou reserva legal, que é obrigatória ter em todas as propriedades e registrada no Cadastro Ambiental Rural (CAR), criado em 2012, pela Lei 12.665/12.

As florestas plantadas no ano de 2006 ocupavam uma área de 36.743 ha (25,32%), em 2017 passaram para 40.443 ha (25,67%) das áreas destinadas para atividades agropecuárias. Nota-se que se calcularmos isoladamente as áreas destinadas a matas e florestas em 2017, as florestas plantadas correspondem a 60,65% desta área, diante disso, podemos perceber o avanço da monocultura de Eucalipto no município, visto que de acordo com o IBGE a monocultura do eucalipto é considerada florestas plantadas.

2.5.4 O uso de agrotóxicos nos estabelecimentos agropecuários do município de São Mateus

Tabela 6 - Relação entre percentuais estabelecimento e o uso de agrotóxicos

Agrotóxicos	N° estabelecimento	%
Utilizou	2.706	61,31
Utiliza, mas não precisou utilizar	224	5,07
Não utiliza	1.413	32,01
Total	4. 413	100,00

Fonte: IBGE (2017)

A tabela 6 mostra a relação entre o percentual de estabelecimentos e o uso de agrotóxicos nas suas produções mediante o censo agropecuário de 2017. Percebe-se que apenas 1.413 (32,01%) estabelecimentos não utilizam agrotóxicos, por outro lado, temos muitos produtores que fazem uso dos agrotóxicos chegando a atingir 2.706 (61,31%) dos estabelecimentos no ano de 2017. Contudo se somarmos os que

utilizam, mas não precisaram utilizar e os que utilizaram, veremos que esse número aumenta para 2.930 (66,38%).

É importante evidenciarmos que o IBGE não disponibiliza dados anteriores referentes ao uso de agrotóxicos e nem mesmo a quantidade de área (ha) que atualmente utilizam. Isso nos impede de fazer um comparativo dos dados para compreendermos a proporção de terra e recursos naturais que estão sendo destruídas e contaminadas devido ao modelo de produção do agronegócio na agricultura. No entanto, podemos perceber que, na atualidade, esse número ultrapassa mais da metade dos estabelecimentos, comprometendo a produção de alimentos saudáveis para a população.

Consideramos que os dados e indicadores aqui apresentados demonstram a complexidade e a necessidade do estudo acerca da Questão Agrária na atualidade que deverá ter continuidade em novas pesquisas e estudos. No entanto, é nesse movimento de contradições e lutas entre as lógicas capitalista e camponesa de organização da produção e da vida no/do campo que passaremos a refletir acerca das proposições, dos diálogos com o Movimento dos Pequenos Agricultores com suas formas organizativas, de lutas e proposições.

CAPÍTULO 3 - HISTÓRICO DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES NO BRASIL

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), nasceu no ano de 1996, no estado do Rio Grande do Sul, e posteriormente em vários estados do Brasil, pois havia problemas semelhantes enfrentados pelos pequenos agricultores em todos os estados brasileiros neste mesmo período, devido a uma crise política e social provocada pelo neoliberalismo que veio a surgir no final do governo do Fernando Henrique Cardoso.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) é um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massas, autônomo, de luta permanente, cuja base social é organizada em grupos de famílias nas comunidades camponesas. O MPA busca resgatar a identidade e a cultura camponesa, na sua diversidade, e se coloca ao lado de outros movimentos populares do campo e da cidade para a construção de um projeto popular para o Brasil baseado na soberania e pelos valores de uma sociedade justa e fraterna.

A organização do MPA significa que os camponeses têm necessidades comuns que são maiores que seus limites territoriais. Por isso vimos a necessidade de construir uma nova forma de organização política, capaz de unificar esses processos de luta e desenvolver-se numa perspectiva nacional (MPA acesso em 20 de out. 2022).

Dentre os principais motivos que deram origem ao MPA, podemos citar o neoliberalismo que veio a contribuir com a expansão do agronegócio no campo, modelo de produção baseado na monocultura, exportação e uso intensivo de agroquímicos e maquinários, provocando a expulsão dos camponeses no Campo. Enquanto os pequenos agricultores continuavam desprovidos de políticas públicas governamentais de apoio ao crédito fomento à produção, industrialização, comercialização, entre outros, provocando a expulsão de muitos camponeses do campo.

Outro fator importante que contribuiu para o surgimento do MPA foi uma grave crise ambiental que se alastrou por boa parte do Brasil com seca severa que ocasionou uma grande perda e destruição das produções agrícolas, trazendo enormes danos aos povos do campo, principalmente no sul do Brasil. Assim, várias famílias começaram a se organizar coletivamente e mobilizaram-se por melhores condições

de vida no Campo, tendo como a primeira pauta a reivindicação por crédito rural. Dessa maneira,

O MPA nasceu da pressão da base organizada; nasceu da luta dos agricultores e agricultoras para resistir na roça; nasceu para lutar pela mudança da Política Agrícola; lutar por Crédito Subsidiado e Seguro Agrícola. Nasceu para lutar e construir um Novo Modelo para Agricultura Brasileira (MPA acesso em 20 de out. 2022)

De acordo com o MPA (2022), podemos apontar como marcos históricos na construção orgânica do MPA os três encontros nacionais. O primeiro ocorreu em maio de 2000 em Ronda Alta no RS, o segundo foi em 2003 em Ouro Preto do Oeste, RO, e o terceiro aconteceu em Vitória da Conquista, BA em 2010. Em 2015 tivemos o nosso primeiro congresso nacional em São Bernardo do Campo-SP.

Segundo o MPA (2022), o movimento está organizado em todas as regiões brasileiras, totalizando 17 estados, chegando a totalizar 100 mil famílias camponesas, onde de forma coletiva e organizada, lutam pela melhoria das condições de vida no campo.

O MPA defende um novo modelo de produção e desenvolvimento no campo, chamado plano camponês, que surgiu para atender as necessidades e demandas do campesinato e de ser reconhecido enquanto classe, dessa forma, a emersão surgiu em busca de políticas públicas que garantissem um sustento saudável, contrapondo-se ao agronegócio que aumentava cada vez mais no campo brasileiro.

Esse plano foi elaborado de forma coletiva e veio para atender a todos, visto que existem particularidades de região para região e, desta forma, foi necessário um coletivo presente. Esse plano se subdivide em cinco eixos:

1. **Campesinato e história:** afirmação dos camponeses e dos povos originários e tradicionais como a base do desenvolvimento do campo.
2. **Soberania:** biodiversidade, hídrica, mineral, energética, alimentar e territorial.
3. **Terra e Território:** reforma agrária, ocupação popular do território e projeto demográfico, cultura, educação, saúde e comunicação.
4. **Nova base produtiva:** agroecologia camponesa e abastecimento popular, cooperação, agroindústria e nova ciência e tecnologia.
5. **Nova geração camponesa e feminismo camponês e popular:** a construção de uma nova geração camponesa com base no acesso à Terra e o Território, agroecologia camponesa e abastecimento popular, bem como pelo desenvolvimento de novas relações

sociais que superem o capitalismo e o patriarcado (MPA acesso em 20 de out. 2022).

Contudo, o Plano Camponês abrange diversas dimensões, não apenas relacionadas à produção, mas também nas dimensões: política, social, ambiental, cultural, ou seja, todos os aspectos que envolvem os sujeitos, pois, para o camponês permanecer no campo, era necessário que as famílias camponesas melhorassem as condições de vida na própria comunidade, produzindo, gerando renda para ela e a sociedade, levando para a cidade alimentos saudáveis e com preço justo.

O MPA se organiza coletivamente na luta, tendo como princípio a motivação e mobilização da base (massa camponesa), pois, o movimento entende que a luta não se faz sem a participação do povo. Assim, para garantir as conquistas, se faz necessário que as reivindicações aconteçam articuladamente com a pressão nas ruas, com ocupações de estradas, órgãos públicos, bancos etc. Em todos estes momentos sempre foi prioridade o diálogo com a sociedade, na busca de parcerias que envolvam a classe trabalhadora na mesma luta.

O MPA no decorrer dos anos de existência, trouxe diversos pontos de pautas, lembrando que existem outros movimentos do campo organizados pela Via Campesina, que sempre se aderem à luta. Uns dos principais e importantes programas feitos no Brasil a partir da pauta de luta do MPA foram: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Luz para todos e Moradia rural.

3.1 História do movimento dos pequenos agricultores no Espírito Santo

O MPA no Espírito Santo nasceu no início de 1988, onde militantes do Rio Grande do Sul apresentam a proposta de organização e luta do movimento a lideranças camponesas de diversos municípios do norte do estado, em uma reunião que aconteceu no município de São Gabriel da Palha, onde aconteceu a primeira discussão sobre o movimento em nível regional no estado do Espírito Santo.

O MPA aqui no norte do Espírito Santo nasce no berço sindical, o sindicato dos trabalhadores rurais de São Gabriel da Palha, Vila

Valério, São Mateus, essas lideranças inconformadas, insatisfeitos com a forma que o sindicato vinha atuando no campo, representando os agricultores, resolveram então a ajudar na criação do movimento, as lideranças da igreja católica, a liderança de pastorais, da CPT, do MST. Enfim, o movimento nasce com um conjunto de pessoas e organizações que dá encaminhamento, visto que, o sindicato não estava representando autenticamente os interesses do pessoal do campo, dos camponeses, ficava mais fazendo burocracia, eu lembro que na época eu era o presidente do sindicato de São Mateus, eu fui uma das pessoas que participei da primeira reunião que teve no Espírito Santo (Valmir José Noventa, 54 anos, 2022).

Posteriormente, após alguns meses começa a discutir e expandir o movimento aos poucos para diversos municípios, chegando no ano de 2001 a ser organizado em aproximadamente 30 municípios capixabas. Como vemos, o MPA é um movimento bem novo no estado, criado há aproximadamente 24 anos. Neste período as famílias camponesas estavam enfrentando insegurança e ameaça, uma contradição no campo, por um lado o êxodo rural crescente, enquanto por outro lado crescia a entrada de empresas do agronegócio.

O início se deu da seguinte forma: a gente chegava no município, chamava a liderança, convidava as lideranças do sindicato, de partidos, do MST que sempre era o que mais nos auxiliava, lideranças das igrejas e pastorais e apresentava a proposta e dali tirávamos encaminhamentos, tirava uma metodologia de trabalho, e já íamos para as comunidades fazer reuniões e discutir o movimento. No primeiro momento tinha muito essa força da pauta econômica, por que veja, naquele período eu me lembro até hoje que nosso primeiro grito de ordem se chamava assim: 'faça chuva, faça sol ou faça vento nós queremos mil e quinhentos' (Valmir José Noventa, 54 anos, 2022).

Diante disso, vemos que a primeira pauta do movimento, foi uma pauta econômica por crédito agrícola, pois, não existia naquela época créditos para os pequenos agricultores, ou mesmo, durante o governo do Fernando Henrique Cardoso, enfrentava uma crise no campo, êxodo rural, saindo do seu lugar de origem em busca de melhores condições de vida. Assim, com a luta do MPA foi possível várias famílias no ES acessarem o crédito rural, que embora não sendo suficiente, foi possível as famílias camponesas organizarem melhor a vida no campo. O crédito rural é uma política muito importante para as famílias do campo afim de poder investir na

produção, na infraestrutura de suas propriedades, melhorando as condições de vida e de trabalho na unidade camponesa.

De acordo com o entrevistado Valmir José Noventa (2022), posteriormente, foi necessário o movimento criar organizações jurídicas para garantir acesso a essas conquistas transformadas em programa e políticas públicas, para fazer os processos burocráticos e viabilizar o acesso das famílias, como: a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado do Espírito Santo (APAGEES), criada em 2001; a Cooperativa de Prestação de Serviço e Assistência Técnica (COOPSATE), criada em 2005; em 2013 a Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa (CPC), de tal forma que cada uma delas é responsável em executar uma política específica tendo como direção o MPA.

3.2. O surgimento do movimento dos pequenos agricultores na região de Santa Maria

Na região de Santa Maria, o movimento dos pequenos agricultores nasceu no ano de 1998, no mesmo período que nasceu no Espírito Santo, visto que o município de São Mateus estava entre os três primeiros municípios do norte do estado a aderir à organização e luta do movimento. Primeiramente, as reuniões de formação aconteciam com uma reunião mensal em Santa Maria, com os militantes de todas as comunidades ao seu redor. De acordo com o dirigente do MPA,

O processo de formação dos grupos de base se deu dessa forma; eram famílias, sempre fazíamos questão que participasse as famílias inteiras, nem sempre isso era possível, as vezes o marido ia e a mulher não ia, as vezes as mulheres tinham que ir escondidas dos maridos para a reunião, isso acontecia muito, mas a gente considerava a família. Esses grupos eram constituídos por coordenação, que participava de uma formação mensal e depois sentava com o grupo de base, os grupos oscilavam muito, a todo momento tinham pessoas entrando, tinham pessoas saindo, outros só iam por enterres econômicos, porém, iam por motivos econômicos e descobriam outra coisa, o trabalho da agricultura sem veneno, da importância de preservar a nascente, ou seja, ele ia lá para ver uma coisa e via outra também. Esses grupos eram a célula do MPA, isso que dava sustentação a luta (Valmir José Noventa, 54 anos, 2022).

Em seguida começou a ser discutido uma organicidade e metodologia de trabalho do movimento dos pequenos agricultores em nível nacional e regional, pois cada região tinha suas especificidades. Na região de Santa Maria fazíamos uma grande assembleia na comunidade e convidávamos todo mundo para participar. Nesta assembleia se discutia política, proposta do movimento, pauta econômica e formação política.

Em 2003 foi criado na região os grupos de base, onde tinha uma coordenação composta por três pessoas: um homem, uma mulher e um jovem. Os grupos se reuniam mensalmente para discutir assuntos gerais relacionados à comunidade, pauta econômica, produção, semente, saúde, água, terra, educação, entre outros. Essa coordenação local, estava vinculada a uma coordenação regional, estadual e nacional.

Segundo o entrevistado Valmir José Noventa (2022), a composição da coordenação se constituiu considerando a importância de garantir espaço e poder a todas as pessoas de diferentes etnias, culturas, religião e orientação sexual, sendo um movimento camponês plural e de base com ideologia revolucionária/ socialista. Tanto os grupos de base quanto as coordenações locais se reúnem mensalmente, e a coordenação e direção estadual e nacional de acordo com o calendário. Em todas as reuniões são tomadas as decisões baseadas em análise da conjuntura, estudo da realidade, da história e debate sobre as pautas de lutas. São espaços também de cultura, lazer e troca de experiências.

Figura 4 - Ornamentação do encontro regional das famílias camponesas do MPA, Santa Maria/São Mateus



Fonte: Arquivo da autora (2014).

Essa organicidade existe até hoje, no entanto, depois da pandemia, o movimento precisou dar uma recuada no processo formativo para não colocar as pessoas em risco. Hoje o movimento se encontra numa dificuldade organizativa muito grande, os camponeses estão num processo de esfriamento da luta, não apenas devido a pandemia, mas também pelo fato do Brasil, a partir do ano de 2016, estar sendo governado por representantes que estão a todo momento tirando o direito e conquistas dos pequenos agricultores.

3.3 Propostas do Movimento dos Pequenos Agricultores para contrapor o modelo de produção capitalista no interior da produção camponesa

A principal proposta de enfrentamento do agronegócio utilizada pelo movimento dos pequenos agricultores foi a criação do Plano Camponês, que surgiu a partir de muitos debates e seminários em nível Nacional, envolvendo todas as regiões e biomas: Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pampa, Amazônia, Pantanal, ou seja, todas as

regiões onde havia os núcleos do MPA, incorporando o lema: “Plano Camponês por soberania alimentar e poder popular”!

De acordo com o entrevistado Valmir José Noventa (2022), o Plano Camponês é uma ferramenta do MPA, que visa várias intervenções na sociedade: primeira intervenção na unidade camponesa, no modo de produção tendo como base a agroecologia; em segundo o trabalho com a juventude e com as mulheres do campo; terceiro, intervenção no meio urbano ampliando a aliança entre campo e cidade; quarto intervenção na política, exigir que o Estado cumpra com as principais políticas de financiamento e estruturação da unidade camponesa. Assim expõe o dirigente:

Através das lutas o MPA foi se configurando como um Movimento de luta por mudanças na política agrícola para uma organização que defende programaticamente um novo modelo de desenvolvimento do campo, o Plano Camponês. O Plano Camponês não foi desenvolvido de forma linear e única, se trata de uma construção coletiva, baseado em uma pedagogia de elaboração permanente, que se empenhou em construir um programa estratégico que pressupõe o campesinato e os povos originários e tradicionais como a base do desenvolvimento do campo. A elaboração é participativa e assimila as contribuições de intelectuais, militantes e a base social através das suas lutas e experiências (MPA acesso em 22 de nov. 2022).

O principal objetivo do Plano Camponês é fazer com que as famílias camponesas melhorem a condição de vida na própria comunidade, produzindo, gerando renda e riqueza para ela e a sociedade, levando para a cidade alimentos saudáveis e com preço justo, e a luta por um outro modelo de sociedade, pois na perspectiva do movimento, para que todos os objetivos deles sejam conquistados, primeiramente precisamos romper com o modo de produção capitalista e criar outro modelo de organizar a sociedade.

O Movimento dos Pequenos Agricultores, para contrapor a agricultura capitalista dentro da agricultura camponesa está trabalhando com objetivo de fortalecer a unidade camponesa para que eles não sejam expulsos do campo, pois acreditamos que não adianta entrar em uma comunidade e fazer apenas um debate de enfrentamento ao agronegócio, precisam viabilizar a economia dos camponeses através dos espaços de comercialização, como a cooperativa CPC, trabalhando experiências agroecológicas, sementes de variedades crioulas, e trabalhando nos espaços da Educação para segurar a juventude no campo (Valmir José Noventa, 54 anos, 2022).

Ainda de acordo com o entrevistado Valmir José Noventa (2022), algumas conquistas foram fundamentais para fortalecimento e a permanência dos camponeses no campo. Primeiro a formação, posteriormente os programas que garantissem a comercialização das produções como o PAA (hoje extinto por falta de verbas), o PNAE, o programa luz para todos e a moradia, pois, muitos camponeses já estavam pensando em vender a propriedade porque não tinham condições de fazer uma moradia digna, chegando a ser construída na região de Santa Maria, aproximadamente 170 habitações rurais (casas).

Valmir José Noventa, ainda destaca outras ações relevantes que o movimento realizou e ainda continua realizando para se contrapor ao agronegócio e fortalecer as unidades camponesas:

Luta contra os agrotóxicos: no dia 13 de abril de 2010 durante o 3º encontro nacional e Vitória da conquista na Bahia o MPA lançou a campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida que teve a adesão de diversos movimentos [...].

Produção e diversificação e comercialização: hoje muita gente que antes só vivia de uma única cultura se orgulha em dizer que consegue produzir várias culturas, melhorando a renda e alimentação da família [...].

Sementes crioulas: é impossível falar na produção de alimentos saudáveis sem falar no cultivo e cuidado com as sementes crioulas é deixar uma importante parte para trás [...].

Luta pela moradia, energia elétrica, crédito rural: certamente uma luta central foi a luta pela moradia e energia elétrica nas pequenas propriedades pra mim a mais importantes de todas talvez seja a energia elétrica para as famílias, até o ano 2000 era comum famílias terem que abandonar o campo por falta de uma casa digna para morar e energia elétrica na propriedade [...].

Luta pela preservação ambiental e contra a expansão dos monocultivos: destaco aqui o trabalho feito nas pequenas propriedades pela preservação ambiental, conservação de nascentes e plantio de árvores, muitas famílias aderiram essa luta e hoje dificilmente você ver uma pequena propriedade com suas nascentes sem ser preservadas (Valmir José Noventa, 54 anos, 2022).

Diante disso, vimos que embora o MPA seja um movimento recente, muito tem contribuído com a permanência do camponês no campo, muitos direitos desses povos foram negados no decorrer da história, como: educação, moradia e políticas públicas para fortalecer a produção e comercialização de alimentos diversificados e saudáveis, para gerar renda e soberania alimentar, no entanto, os camponeses articulados no MPA e inseridos na Via Campesina com demais movimentos do campo vem lutando e reivindicando por melhores condições de vida no campo.

CAPÍTULO 4 - ASPECTOS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA DA REGIÃO DE SANTA MARIA ATRAVÉS DAS MEMÓRIAS RE-VIVIDAS

Neste capítulo apresentaremos as sistematizações das entrevistas realizadas com os moradores mais antigos da região de Santa Maria, destacando a posse, propriedade e a forma em que a terra e os recursos da natureza eram utilizados para garantir a subsistência da população, assim como, os principais impactos que foram surgindo na região após a chegada de grandes latifundiários como a Aracruz celulose e a “modernização” na agricultura. Posteriormente, através de entrevistas e fotografias, apresentaremos a questão agrária da região na atualidade, caracterizando e diferenciando a agricultura capitalista com a produção voltada para monocultura e a agricultura camponesa com a diversificação de culturas e alimentos saudáveis.

4.1 Como tudo começou, história do surgimento da região de Santa Maria

A região de Santa Maria, assim como todo o norte do Espírito Santo era coberto por Mata Atlântica, por volta do ano de 1544 quando os europeus começaram a explorar a região, trouxeram de maneira forçada muitos negros africanos para trabalhar de forma escravizada nas fazendas e permaneceu até o ano de 1888 quando foi proibida a escravidão no Brasil.

Esse fato contribuiu para a formação de diversos quilombos na região do Sapê do Norte, pois, os negros resistiam, lutavam e se refugiaram mata adentro afim de fugir da situação que estavam submetidos e viver de forma livre mantendo sua cultura, costumes e religiosidade, hoje esse lugar é conhecido como comunidades remanescentes quilombolas. Posteriormente com a proibição de manter o trabalho escravo, começou o projeto de imigração para substituir o trabalho dos negros escravizados.

Assim, como todo o Brasil a região de Santa Maria, é composta por um campesinato constituído de Negros que foram por muitos anos escravizados e de brancos pobres imigrantes que vieram para o Brasil em busca de melhores condições de vida. No entanto, ambos com grandes dificuldades de se manterem no campo devido a Lei de

terras instituída no ano de 1850, que tornou a terra propriedade privada, impedindo que os mesmos pudessem ter um pedaço de terra.

A região de Santa Maria tem acesso da estrada ES-315 via BR-101 e estrada São Mateus a Boa Esperança/Rod. Djalma Paiva Gama. Nesta região encontra-se diversas comunidades como: Santa Lúcia, São Domingos, Cinco Voltas, Dilô Barbosa, Chiado e Nova Vista, porém, segundo relatos de moradores esta região nem sempre foi conhecida como Santa Maria. Segundo o Senhor Francisco Pereira de Azevedo, 72 anos, “primeiro essa região se chamava Rodagem, depois Estrada Grande e só depois deram o nome de Santa Maria, devido a maioria das primeiras mulheres da região se chamarem Maria.”

A comunidade de Santa Maria e sua região surgiu devido a um aglomerado de pessoas que foram surgindo para extração de madeiras de suas densas matas para o comércio. Alguns moradores relatam que a principal madeireira que tinha na época era a Cacique, em São Mateus. Alguns madeireiros compraram pequenas propriedades e foram formando o povoado principalmente na comunidade de Santa Maria que se tornou uma vila. O Senhor Francisco Pereira de Azevedo, 72 anos, ainda recorda como tudo começou:

Eu nasci onde tudo começou, lá na beira do rio, aqui em Santa Maria só tinha poucas famílias, algumas casinhas, casinha de farinha feito de taubinha, di primeiro lascava cedro para fazer taubinha, e a estrada aqui para Boa Esperança, de vez em quando se via um feremer, aqueles carro vei de carregar madeira, lá de vez enquanto passava e as crianças corria tudo para ver, por que não via carro, aqui era mata, mata, e era mata, a água panhava na grotta ali no córrego que se chamava córrego de Maria Jove, numa decida que em pé você não desce, era cavado de enxidão, pegava água nas latas na cabeça porque não tinha energia, não tinha nada, depois de muito tempo que foi colocar um motor aqui. [...] i daqui pra Boa esperança cê via peroba, aquelas perobas grossona, aqueles jacarandá, tudo madeira de lei, ai numerava aqueles pau, eles colocava uns letreiro e era desse jeito, já para são Mateus tinha um tau de picadão, porque era tudo mata e fazia aquele triu picado, nois gastava uns três dias, e ia já com medo, tinha era medo de onça, bico de jaca, neste tempo de chuva assim, você via tatu, porco do mato. Ai depois foi crescendo, colocou uma venda que vendia corte de pano, uma mercearia vendia de tudo, querosene, ai começou o comércio aqui (Francisco Pereira de Azevedo, 72 anos)

Como vemos, em Santa Maria corre um rio que é chamado de Rio do Norte, também conhecido como Cotaxé. O Rio do Norte pertence à Bacia Hidrográfica de São

Mateus e antigamente era utilizado basicamente para pesca e para suprir as necessidades básicas. Posteriormente, após a modernização na agricultura, também começou a ser utilizado para irrigar as lavouras, sendo ele um fator muito importante para o desenvolvimento da economia da região.

4.2 O uso, a posse e a propriedade da terra na região de Santa Maria do ano de 1950 a 1999

Nos anos 1950, em que o mundo europeu já se encontrava aproximadamente por uns 100 anos do capitalismo industrial, enquanto o Brasil a agricultura se mantinha subordinada aos interesses do capital, a região de Santa Maria neste período ainda estava em uma fase em que os camponeses utilizavam a terra para suprir suas necessidades básicas, sendo a principal cultura o cultivo da mandioca, onde suas produções eram realizadas de maneira rudimentar através do trabalho braçal.

Os relatos de alguns moradores de diferentes comunidades vêm corroborando essa diversidade de culturas existentes ao mostrar como era utilizada a terra na região de Santa Maria durante este período, como era feito o beneficiamento desses produtos antes da chegada da tecnologia e como eles utilizavam os recursos da natureza para produzir e garantir a subsistência de suas famílias:

Nois plantava muita coisa, o café borbão a única coisa que nois vendia, porque todo mundo produzia os alimentos para o consumo, então, não existia comercio para o feijão, milho, mandioca e arroz, esses produtos eram socados no pilão e moído em moinho manual, o feijão era batido com um pedaço de pau, nois não dependia do mercado para comprar quase nenhum alimento. Todo trabalho era realizado pela própria família, para fazer a farinha o processo era todo manual, o motor era nossos braços, para transportar as mandiocas até a farinheira nois usava uma carriola, uma espécie de carrinho feito todo de madeira (Amélia Nunes Ferrari, 65 anos, 2022).

O senhor Lino Bomfim, 74 anos de idade morador a 46 anos na região diz o seguinte:

Nois plantava, milho, feijão, arroz, mandioca, poucas pessoas tinha café[..] Os córregos era tudo limpim, ninguém, não dragava, agora hoje o pessoal draga tudo, não tinha veneno nessa época, as roças era feito tudo na enxada, muito tempo depois apareceu o trator para arar, o trator não era de grade era de disco, era três discos, mas trator era difícil, um trem difícil, só para quem podia, era preparado tudo no enxadão, facão, enxada, foice. Antigamente a coisa era difícil, mais

não precisava de adubo nem de veneno era tudo natural e não dava essas mundícies que hoje dá não. (Lino Bomfim, 74 anos, 2022)

O Senhor Antônio da Silva Capeline, 69 anos, morador a 62 anos, mesmo chegando na região aos 8 anos de idade ainda recorda como sua família utilizava a terra neste período:

Nois aqui plantava milho, mandioca, i feijão, i abobora, batata, plantava bastante arroz, nois aqui nunca compramo arroz, nessa época só colhia arroz no brejo mesmo, i quando não colhia tinha que comer canjica moída, que tinha bastante milho. Nada era vendido plantava mais para consumo mesmo, porque naquela época não existia venda, todo mundo tinha, as veis tinha troca, com o vizim.[..] Minha filha, a terra era preparada tudo com foice, enxada e machado e nem existia motosserra, não existia nada, era foice e enxada, quando brocava, derrubava de machado e aquele troço não queimava porque chovia muito, ai tinha que fazer aquele tau de corvara, corvarar entra dentro daquele troço ripiado e abaixando aquilo de foice e machado e fazendo as corvara, que ai botava fogo outra vez pra poder plantar, mais ficava era nas galhada mesmo, trabalhava em cima das gaiadas[..] Pai tinha esse parâmetro de olhar tempo para plantar pela questão de chuva, porque guando marcava a época da chuva era certinho, a chuva não falhava não, naquela época a chuva, quando falava assim; se mês de agosta até final de agosto se não queimar dispois não queima mais, por que ai pegava chover, e aí minha filha, ia embora até final de janeiro chovendo, aí o mato tomava conta[...]

Graças a Deus nesta época não tinha veneno, o veneno chegou, se eu não tiver enganado menina, parece que foi em 1970, que esse troço chegou, um tau veneno para matar foia redonda, o primeiro incentivo foi para jogar veneno no mato, para matar foi redonda, mais ai não sabia que matava foia redonda, matava Dono, matava tudo, ninguém sabia de nada [...] antes o mato era combatido com mutirão rancando sapê de enxadão, num existia trator, depois apareceu um tratozim com arado, depois o veneno.[...] Nessa época represa não existia, tinha os córregos, ninguém armazenava água, os córrego minha filha, onde existia um córrego você podia chegar e beber água tranquilo, tomar banho, podia pegar a moringa encher de água e levar embora, quantas vezes bebi água na folha de inhame (Antônio da Silva Capeline, 69 anos, 2022).

O senhor Francisco Pereira de Azevedo, 72 anos, o morador mais antigo da região, nasceu na comunidade de Santa Maria, por morar mais próximo do rio adquiriu juntamente com suas famílias uma forma diferente de utilizar os recursos da Natureza para suprir suas necessidades:

Aqui nois plantava mais era mandioca mermo, feijão plantava mais era pouco, porque nois plantava era só para comer mesmo, porque o

peessoal da beira do rio gostava de comer mesmo era farinha com sabagu, sambanga, comer pirão, dava vontade de comer nois jogava uma rede de arrasto, dava uma volta e fechava de peixe, criava porco também, lembro que meu pai gritava; neco neco neco e o terreiro fechava de porco [...] tinha nada de veneno era tudo natural, para plantar primeiro brocava um pedacinho de mata e depois derrubava e botava fogo, tudo preparado na foice, enxada e machado, as madeiras mermo era tudo derrubado em machado tinha motosserra não[...] aqui antigamente quem tinha mais terra, tinha um gadinho depois começou a ter roça, ai depois chegou essa tau de Aracruz acabando com todo mundo ai, ai pronto, quem tinha suas terras foram embora, foi chegando os fazendeiros, ai outros foram vindo, foi juntando gente, teve uma explosão de gente de uma vez, ai começou aparecer em Santa Maria os lotes, ai foi crescendo, colocaram uma venda que vendia corte de pano, uma mercearia que vendia de tudo, querosene, ai começou o comercio aqui, muitos vendiam suas terras a troco de nada. Aquele tempo o pessoal não tinha ideia de ter muita terra porque plantava mais pra comer então só um pedacinho dava, não vinha necessidade de muita terra, então foi vendendo a preço barato e acabando (Francisco Pereira de Azevedo, 72 anos, 2022).

Como vemos no relato do Senhor Francisco Pereira de Azevedo, 72 anos, podemos perceber que o processo de industrialização na agricultura que estava acontecendo no Brasil, também estava chegando na região de Santa Maria, isso se intensifica com a chegada da empresa Aracruz na região, contribuindo para modificar, não só a forma de utilizar a terra, mas também a posse e propriedade, os moradores camponeses também descrevem como essa modificação na posse e na propriedade da terra foi ocorrendo:

Há Quando cheguei aqui não tinha grande fazendeiro não minha fia, o que tinha mesmo aqui era mata, era tudo pequeno proprietário, era mata mesmo purinha, os possantes começou da beira do rio, veio da beira do rio de lá pra cá, chamava esse lugar aqui de pra dentro porque era pra dentro da mata. Ai foi chegando as pessoas né, que nem igual o causo nois mermo, ai foi tendo aquelas ideias de desmatar fazer pasto, pai, o pensamento dele era de derrubar e plantar capim, o pensamento dele era de criar gado, ai foi evoluindo, café nessa época que quando nois chegamo pra aqui, só existia alguns pé, por dentro das matas pro pessoal beber, assim por dentro da mata, não tinha lavoura, café foi aparecer aqui dos anos 70 pra cá, que começou aparecer café.[...] Esse eucalipto pode dizer que chegou agora, recentemente, isso ai não existia, ninguém nem sabia o que era eucalipto, inclusive quantas reunião nois fizemo menina, para combater o exploramento, contra o eucalipto[.] muita gente saiu daqui e com isso foi para as favelas (Antônio Silva Capeline, 69 anos, 2022).

Erluzia Gomes Mesquita, 44 anos, também recorda como foi ocorrendo as mudanças em relação a posse e propriedade da terra, os mecanismos utilizados pelas grandes empresas e pelos latifundiários e as consequências que ocorreram com a chegada deles na região, principalmente o grande êxodo rural que aconteceu neste período e a chegada de assalariados rurais que não tinha anteriormente:

Aqui tinha muitos vizinhos, as famílias cada um tinham sua própria terrinha, ai depois que foi chegando né, o eucalipto que muita gente venderam suas terras e foram embora, ai veio a questão dos fazendeiros daqui né, ai foi que diminuiu, na época que a Aracruz celulose chegou o povo foi vendendo, ainda me lembro que só aqui no Gama tinha um grupo de 34 jovens, ai o povo foi vendendo suas terras e foram embora para a cidade, ai depois que esses fazendeiros chegou e um vai e volta de famílias, não tem mais muitas famílias fixa. Ainda existe famílias como nós de 44 anos atrás ou mais que ainda residem aqui, mais te falo que mais de 50 por cento são pessoas novatas, você pode perceber que quem ainda tem um pedacinho de terra aqui compraram no máximo uns 30 anos atrás, o resto é tudo nova que trabalha de assalariado para os fazendeiros. Eles chegaram e colocaram proposta boa, i as pessoas foram vendendo e a maioria de quem vendeu que eu conheço Vanessa, tá tudo na rua com uma casinha, porque na cabeça do povo achava assim que era o fim, que era o fim que tava chegando do trabalhador do pequeno produtor, era o fim, achou que indo pra rua lá ia ter emprego, trabalhar, e se enganaram, tinha muita gente aqui Vanessa, tinha muita gente, [...] mas o povo vendeu, hoje era pra todo mundo ai, bem, porque quem resistiu e ficou tá ai (Erluzia Gomes Mesquita, 44 anos, 2022).

As narrativas dos moradores nos mostram que a chegada das grandes empresas de monocultura como a Aracruz celulose e os grandes fazendeiros mudou drasticamente a estrutura fundiária da região, as terras que estavam sobre posse e propriedade dos pequenos agricultores foram aos poucos para mãos dos grandes latifundiários provocando um êxodo rural, além disso, a forma como a terra e os recursos da natureza eram utilizados para a produção também sofreu modificações.

Em nome do desenvolvimento industrial, o Capital começou a utilizar de diversos mecanismos para se inserir na agricultura, como os pacotes tecnológicos da modernização da agricultura. Assim, os camponeses da região de Santa Maria começam aos poucos a aderir a essa nova forma de cultivar a terra sem ter conhecimento dos malefícios que esses venenos causaram tanto na natureza, quanto na vida humana.

4.3 Aspectos da Questão Agrária na região de Santa Maria: dos anos 2000 a atualidade

Ao analisarmos a condição dos agricultores na região de Santa Maria em relação a terra, veremos que estamos em um campo totalmente diverso e desigual, por um lado temos poucas propriedades com uma grande extensão de terra (especificamente dois grandes latifundiários) produtores de monoculturas, e por outro lado, temos diversas pequenas propriedades de agricultura familiar, assalariados rurais, comodatários, meeiros e arrendatários.

Ao conversarmos com as pessoas que moram por mais tempo nesta região, podemos perceber que muitas foram as mudanças no uso, na posse, na propriedade da terra e principalmente na forma de utilizar os recursos da natureza para atender às suas necessidades. Em relação posse e propriedade da terra, o Senhor Lino Bomfim, 74 anos, diz o seguinte:

Aqui tinha muitos moradores que tinha propriedade [...] hoje essas terras é tudo dos fazendeiros, agora os vizinhos ficaram bem poucos, nessas fazendas tem hora que os vizinhos chegam e sai e você nem conhece. Hoje o que sinto mais falta era do diálogo do povo antigamente se ia na casa de um vizinho, o vizinho vinha na sua casa saia tudo a pé, hoje é difícil se ir na casa de um vizinho (Lino Bomfim, 74 anos, 2022).

Diante disso, vemos que as mudanças ocorridas na posse e propriedade da terra na região de Santa Maria, impactou não somente a questão de quem está com a posse da terra, mas também em todo um conjunto, como a cultura, tradições e relação entre os povos que viviam coletivamente. De acordo com Stedile (2012), a posse da terra refere-se a quais pessoas moram e vivem em determinado território, e a propriedade está relacionada à questão jurídica, ou seja, o direito do sujeito em ter a propriedade privada da terra.

Sobre o uso da terra Stedile (2022), nos mostra que o uso da terra é diferenciado de acordo com cada sociedade, existindo assim, diversas formas de utilizar a natureza e organizar suas produções para satisfazer as suas necessidades, sendo assim, a forma como utilizam a terra determinam quais produtos são cultivados em determinado território. Na região de Santa Maria, o uso da terra foi se modificando ao

longo dos tempos, causando certas preocupações em relação à natureza, especialmente os camponeses mais antigos, que ainda em suas memórias recordam e conseguem perceber essas diferenças.

A principal diferença que vejo de lá pra cá é a água, e outra a terra também enfraqueceu bem, do que ela era, ela perdeu bem a fertilidade que ela era, aqui na nossa região né, ela não é mais como era de primeira, de primeira era só derrubar e plantar, esperar o mato nascer e combater o mato pra planta crescer, ninguém pensava em adubo, a dificuldade que tá tendo hoje é para produzir, hoje é um caso sério viu, pra poder a pessoa produzir, quem acredita né, como diz o outro em cima do adubo e do veneno, mas só que eu não sei até quando essa terra ainda vai existir, porque ela já perdeu bem fertilidade dela[..]. A destruição aqui começou com a foice e o machado, depois apareceu o motosserra, depois do motosserra veio o trator, aí depois do trator já não acharam bom que o trator estava destruindo mais a fertilidade da terra, botou o veneno, e agora o veneno eu acho que vai ser a última coisa. Se não tiver uma medida meia drástica aqui para os agricultores, se não tiver uma mudança na mentalidade dos agricultores, porque com essa agricultura que estou vendo aí, não sei não, essa terra vai...tem muita esperança não, vai ser por poucos anos, é muito veneno a terra já não tá mais suportando (Antônio Silva Capeline, 69 anos, 2022).

Na região de Santa Maria existe uma enorme concentração fundiária, ou seja, muita terra nas mãos de poucos, muitas famílias como as famílias quilombolas e camponesas encontram-se esmagadas pelas grandes extensões de terra dos latifundiários. Nesta região, embora haja uma agricultura camponesa bastante forte, o latifúndio predomina, especialmente com a pecuária, monocultura de mamão, café, seringa e a de eucalipto, que ocupa não apenas a região de Santa Maria, mas se expande para diversos municípios do Espírito Santo.

Figura 5 - Propriedade camponesa rodeada pela monocultura de seringa dos latifundiários



Fonte: Acervo da autora, fotografia tirada durante a pesquisa de campo (2022).

Os latifundiários na região de Santa Maria, têm como objetivo produzir para a exportação, com pouca geração de emprego fixo, utilizando para suas produções muitos maquinários e empregos temporários, buscam produzir apenas para gerar lucro sem se preocupar com a preservação dos recursos naturais e da saúde humana, com o uso excessivo de agrotóxicos, uso inconsciente da água, desmatamento, tendo como consequência um enorme problema climático e ambiental. Segundo Stedile:

Os venenos destroem a biodiversidade, alteram o equilíbrio do meio ambiente, afetam as mudanças climáticas e, sobretudo, afetam a saúde das pessoas, com a proliferação de doenças como o câncer. O modelo do agronegócio não consegue produzir alimentos saudáveis (STEDILE, 2013, p. 35).

Diante disso, compreende-se que, no futuro esse uso inadequado do solo causará falta de alimentos para abastecer a humanidade, escassez de água e solo fértil, pois há um processo permanente de desertificação do solo, devido a mudanças climáticas e ambientais provocadas pelo modo predatório e destrutivo de produção capitalista.

Sendo assim, só há uma maneira de enfrentar esses problemas: mudar o modelo de produção e consumo radicalmente.

Além disso, o setor agropecuário, para amenizar esses problemas, teria que aumentar a área de preservação e diminuir a área de cultivo, no entanto, não é isso que acontece. Na região de Santa Maria, a maioria que detém a maior área (há) de terra são os grandes latifundiários que se preocupam apenas com o lucro, dobrar a produção e para isso, tentam retirar todos os recursos disponíveis na natureza, cultivam monocultura para produção em larga escala, uso excessivos de insumos químicos e agrotóxicos, inclusive através de pulverização aérea.

Figura 6 - O uso da terra para pastagens



Fonte: Acervo da autora, fotografia tirada durante a pesquisa de campo (2022).

Figura 7- Monocultura de eucalipto



Fonte: Acervo da autora, fotografia tirada durante a pesquisa de campo (2022).

Figura 8 - Agricultura capitalista, a utilização da terra para o cultivo da monocultura de café



Fonte: Acervo da autora, fotografia tirada durante a pesquisa de campo (2022).

Figura 9 - Agricultura capitalista, a utilização da terra para o cultivo da monocultura de mamão



Fonte: Acervo da autora, fotografia tirada durante a pesquisa de campo (2022).

Dentre as principais monoculturas existentes na região a monocultura de mamão era a que mais tinha assalariados rurais, por esse motivo, era vista pelos trabalhadores rurais como um mal necessário, pois fornecia uma quantidade significativa de emprego. No entanto, os trabalhadores não conseguem reconhecer a verdadeira realidade que estão submetidos, como a exploração do trabalho para a extração da mais valia, pois, a ideologia capitalista opera uma inversão de ideias e valores da classe trabalhadora de modo que ela passa a legitimar as atuais relações existentes.

Contudo, os assalariados rurais da região já começaram a sentir o impacto do desemprego e as consequências dessa forma de organizar a produção e utilização dos bens da natureza, pois, a empresa demitiu cerca de 90% dos funcionários devido transferência da sede para o município de Linhares, hoje as famílias estão sem acesso à terra para cultivar seus alimentos e sem o emprego assalariado.

Diferente do agronegócio, na região também existe a produção familiar, apesar de ter poucas propriedades de camponeses que têm sua produção totalmente agroecológica. Percebe-se que eles têm um olhar diferenciado, são conscientes, e

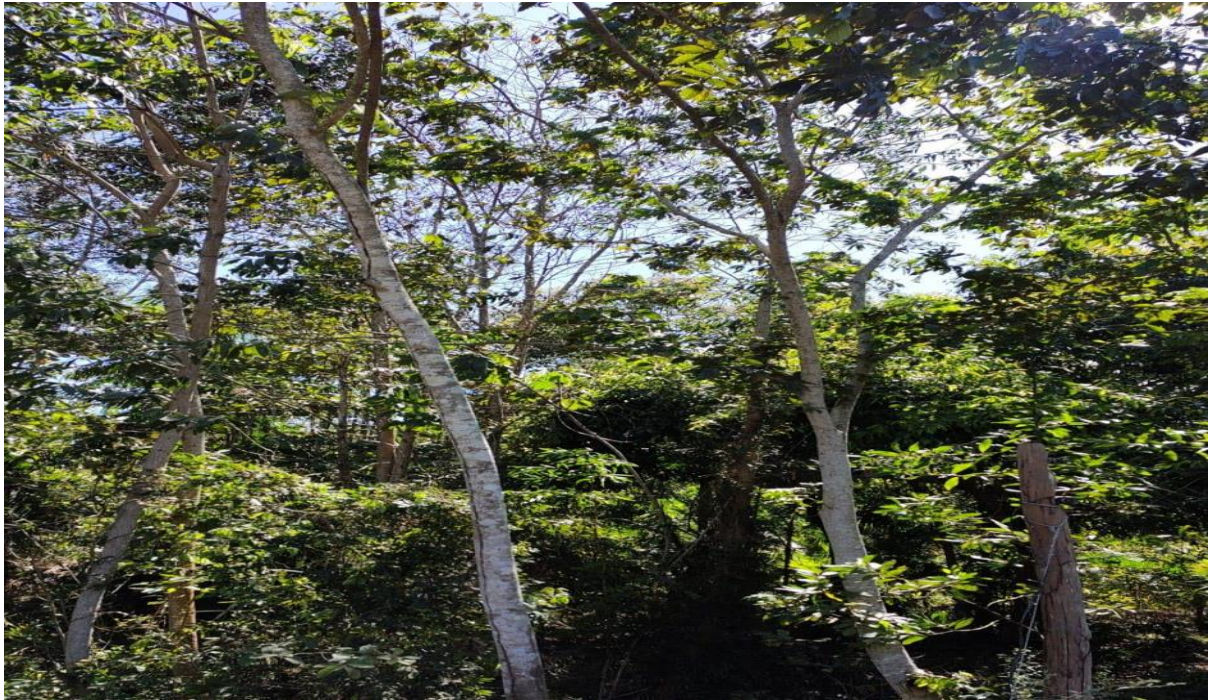
têm uma certa preocupação com o meio ambiente. Dificilmente eles esgotam os recursos da natureza para realizar suas produções, ao contrário, preservam as águas, as matas, fazem reflorestamento nas margens das nascentes, como veremos nas imagens a seguir:

Figura 10 - Propriedade camponesa, reservatório de água com as margens preservadas



Fonte: Acervo da autora, fotografia tirada durante a pesquisa de campo (2022).

Figura 11 - Propriedade camponesa, área de reflorestamento



Fonte: Acervo da autora, fotografia tirada durante a pesquisa de campo (2022).

Figura 12 - Propriedade camponesa, área de nascente preservada.



Fonte: Acervo da autora, fotografia tirada durante a pesquisa de campo (2022).

Outro fator importante que observamos nas famílias camponesas é a forma com que utilizam o solo e a diversificação de culturas, embora grande parte das produções da região de Santa Maria, esteja atrelada a algum tipo de indústria, devido a modernização e a inserção do capitalismo na agricultura e pelo motivo de muitos viverem refém do mercado através da aquisição de insumos externos e agrotóxicos, comprometendo a renda familiar e a saúde do solo. Assim lemos:

Um aspecto que não pode ser negligenciado ao se analisar o impacto da modernização é o ideológico. A modernização não é imposta apenas pelo mercado, mas também pelos meios de comunicação, pela ação do extensionismo rural, da propaganda etc. Esta imposição ideológica da modernização passa pelo convencimento do agricultor no que diz respeito à superioridade das formas modernas de produzir em relação às tradicionais, e seu impacto é expressivo, porque, além de reforçar a expropriação econômica, representa uma forma de expropriação do saber, pois torna os camponeses dependentes, uma vez que não mais dominam as técnicas e os processos produtivos (ALEJANDRO, 2012, p. 480).

Diante da imposição ideológica da modernização, alguns camponeses da região de Santa Maria vêm perdendo muitos saberes, mas muitos ainda estão resistindo mantendo suas tradições como: a forma de preparar a terra, preparar a semente, plantar e cuidar, muitas famílias ainda têm pomares, as criações de animais domésticos, como a galinha e porco caipira. Com a pandemia surgiram algumas dificuldades, pois não estavam conseguindo comercializar os produtos que vendiam nas feiras livres, perdendo as suas produções, suas rendas ficaram comprometidas, hoje estão aos poucos retornando.

Figura 13 - Agricultura camponesa, pomar no quintal



Fonte: Acervo da autora, fotografia tirada durante a pesquisa campo (2022).

Figura 14 - Agricultura camponesa, sistema agroflorestal.



Fonte: Acervo da autora, fotografia tirada durante a pesquisa de campo (2022).

Figura 15- Agricultura camponesa, diversificação de culturas



Fonte: Acervo da autora, fotografia tirada durante a pesquisa de campo (2022).

Ao analisarmos as figuras 12, 13, 14 e 15, percebemos que muitas famílias camponesas na região de Santa Maria, apesar de serem cercadas por grandes monoculturas, tentam resistir a esse sistema vicioso, utilizando pouco veneno nas suas produções e diversificando a produção, intercalando culturas permanentes como temporárias e árvores frutíferas, para que possam diversificar suas culturas produzindo alimentos diversificados, gerando renda no campo e contribuindo com a soberania alimentar. São práticas como essas que respeitam a natureza, implementam novas relações entre as pessoas e dessas com o meio ambiente, produzindo alimentos saudáveis que vão materializando uma nova lógica de organizar a produção da vida e da natureza no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre *a questão agrária na região de Santa Maria em diálogo com o movimento dos pequenos agricultores: aspectos históricos e atualidade*, foi um caminho nada fácil de ser percorrido. Foram muitos os desafios que encontramos, mas ao mesmo tempo foi um trabalho prazeroso, que intercalava desespero, emoção, alegria e, acima de tudo, esperança de que a luta e a organização dos camponeses podem partilhar uma nova lógica de produção agrícola.

Quando iniciamos este trabalho de pesquisa constatou-se que havia uma necessidade de compreendermos as principais mudanças que ocorreram na questão agrária da região de Santa Maria, para que assim pudéssemos conhecer nossas verdadeiras histórias e por quais motivos foram surgindo essas transformações que hoje ameaça nossa cultura camponesa. Além disso, havia a necessidade de compreendermos a importância do MPA para a existência e resistência dos povos no/do campo.

Diante disto, a pesquisa teve como objetivo geral compreender a maneira que vem sendo organizado o uso, a posse, a propriedade de terra e os bens da natureza frente à expansão do capitalismo na região de Santa Maria, na contradição entre agricultura capitalista e agricultura camponesa.

Considera-se que a presente investigação deu conta de atingir os objetivos previstos, resgatando os aspectos históricos sobre a questão agrária brasileira e os impactos da inserção do capitalismo na agricultura camponesa, abordado no capítulo II, bem como verificando as estratégias que o movimento dos pequenos agricultores utilizam para contrapor o modelo de produção do agronegócio dentro das famílias camponesas, refletida no capítulo III, e compreendendo através dos relatos orais as principais mudanças que ocorreram na questão agrária da região de Santa Maria, discutida no capítulo IV. Observamos que a relação do particular com o geral é real e por isso fizemos esse movimento de análise para reforçar as iniciativas políticas, organizativas, educacionais e culturais que envolvem o conjunto dos camponeses brasileiros.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica conseguimos resgatar alguns aspectos importantes sobre a evolução da questão agrária brasileira, a partir dos anos 1500, compreendendo as diferentes formas que os povos organizam suas produções e

utilizam os recursos naturais para cultivar a terra em diferentes períodos. Destacando que o modo de produção capitalista através de sua ânsia excessiva pelo lucro, busca produzir apenas *commodities* para a exportação, além de utilizar de diversos mecanismos para se manter, inserir na agricultura e tornar o agricultor totalmente dependente do mercado externo.

A entrevista com o integrante do Movimento dos Pequenos Agricultores, nos possibilitou resgatar a trajetória do MPA em nível estadual, municipal e regional, compreendendo sua forma organizativa, suas lutas e conquistas. Percebe-se, que através do plano camponês o movimento se articula coletivamente para contrapor o modelo de produção do agronegócio e propor um outro modelo de produção, articulada à produção diversificada de alimentos e a qualidade de vida dos povos do campo.

Já as entrevistas com moradores mais antigos da região, através de suas oralidades e memórias re-vividas, possibilitou-nos resgatar a forma como os camponeses utilizavam a terra os recursos da natureza para satisfazer suas necessidades, quem tinha a posse e propriedade da terra, bem como as modificações que foram ocorrendo nesta região a partir do momento que os grandes latifundiários começaram a se apropriar da propriedade da terra.

Observa-se que na região de Santa Maria, existe uma grande quantidade de pequenas famílias camponesas esmagadas pelas grandes monoculturas dos latifundiários, e o Movimento dos Pequenos Agricultores por meio de suas lutas, formação e conquistas foi de grande importância para a permanência dos camponeses nesta região, visto que, com a chegada do latifúndio muitas famílias sem perspectivas começaram a vender suas propriedades e, organizadas no MPA, começaram a lutar por políticas públicas para o pequeno agricultor e re-existirem na comunidade.

Enfim, *questão agrária* é uma temática complexa e abrangente em constante transformação, que pode ser estudada em diversas perspectivas, regionalização e território, sendo assim, seria impossível de ter conclusões acabadas sobre a questão agrária na região de Santa Maria, que o torna um fator interessante, pois, abre

caminhos para novos estudos e pesquisas que merecem ser interpretadas analisadas, como as comunidades quilombolas existentes na região.

REFERÊNCIAS

ALEJANDRO, Paulo. **Terra**. In: CALDART, Roseli Salete, *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 740-743.

ALEJANDRO, Paulo. Modernização da Agricultura. In: CALDART, Roseli Salete, *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 477-780.

CASALI, Derli; PIZETTA, Adelar João. A formação do Campesinato e as mudanças recentes na Agricultura Capixaba. In: SOUZA, Ademilson Pereira, *et al.* **A Reforma Agrária e o MST no Espírito Santo: 20 anos de lutas, sonhos e conquistas de dignidade**. MST Espírito Santo, 2005, p. 13-26.

FREDERICQ, Antoinette; CORADINI, Odacir Luiz. **Agricultura, cooperativas e multinacionais: subordinação da agricultura ao capital industrial e financeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. 193 p. (ISBN 978-85-7982-009-0). Não há. Disponível em [https://static.scielo.org/scielobooks/gqx82/pdf/coradini-9788579820090](https://static.scielo.org/scielobooks/gqx82/pdf/coradini-9788579820090.pdf) .pdf. Acesso em: 07 jan. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GORENDER, Jacob. A forma plantagem de organização da produção escravista. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil: O debate na esquerda: 1960-1980**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

INCAPER. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Proater. São Mateus, 2020-2023. Disponível em: https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Sao_Mateus.pdf . Acesso em: 08 de ago. 2022

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário** 2006. Espírito Santo: IBGE, 2006. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/pesquisa/24/76693?ano=2006>. Acesso em: 22 de ago. 2022.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos**. Espírito Santo: IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/pesquisa/24/76693?ano=2017>. Acesso em: 23 de ago. 2022.

JUNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA). **Site nacional do movimento** Disponível em:< <https://mpabrasil.org.br/>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STÉDILE, João Pedro (org). **A questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 103-172.

PEREIRA, Mônica Cox de Brito. Revolução Verde. In: CALDART, Roseli Salete, *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 685-689.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. Ed. São PAULO: Global, 2015.

ROMO, Andrés Donoso. **As Tensões contemporâneas da América Latina em perspectiva histórica**. Fortaleza, v.8, n.17, 2013. p.129-152.

STÉDILE, João Pedro (org). **A Questão Agrária no Brasil: O debate Tradicional 1500-1960**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

_____. **A Questão Agrária no Brasil: O debate da esquerda 1960-1980**. São Paulo: Expressão popular, 2012 a.

_____. Tendência do capital na agricultura. In: STÉDILE, João Pedro (org). **A questão Agrária no Brasil: O debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. Questão Agrária. In: CALDART, Roseli Salete, *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012 b.

APÊNDICES

APÊNCIE A – Roteiro para a Entrevista com Dirigente do MPA

- 1- Nome completo, lugar de origem e atuação dentro do movimento?
- 2- Em que ano surgiu o movimento do MPA no Brasil, lugar e contexto político?
- 3- Quais foram as primeiras reivindicações do MPA?
- 4- Qual a importância do MPA para a organização dos camponeses?
- 5- Qual objetivo do MPA e quais os campos de luta do movimento?
- 6- Como o MPA se organizava no seu surgimento e como está se organizando na atualidade?
- 7- Quando surgiu o MPA na região de Santa Maria e como foi a implantação do movimento nesta região?
- 8- Como foi o processo da formação dos grupos de base na região e quais as perspectivas futuras para reorganização e fortalecimento das bases do movimento?
- 9- Quais as principais conquistas que o movimento trouxe para região de Santa Maria e de que forma contribuiu ou pode estar contribuindo para permanência dos camponeses no campo?
- 10- Quais alternativas o Movimento vem pensando e realizando para contrapor o modelo de produção do agronegócio dentro das famílias camponesas?
- 11- Em que ano surgiu o plano Camponês e qual é o seu objetivo?

APÊNDICE B – Roteiro para entrevista com camponeses mais antigos da região de Santa Maria

- 1- Qual o seu nome e idade?
- 2- A quanto tempo mora nesta região?
- 3- Você lembra como era a região quando aqui chegou?
- 4- Quem eram as pessoas que tinham a posse e a propriedade destas terras?
- 5- Antigamente, o que vocês plantavam? Como preparavam a terra e como era realizado o trabalho?
- 6- Como eram utilizados os recursos da natureza para cultivar a terra (rio, mata, terra, adubos)?
- 7- Quando você chegou na região de Santa Maria já tinha a plantação de eucalipto?
- 8- Quais as principais mudanças que ocorreram na forma de cultivar a terra?